



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas
- SFA-AL -

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

JANEIRO/2010

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009

Maceió/AL, 30 de março de 2010

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

RG - Relatório de Gestão
IN - Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
CTU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria Geral da União
AGU – Advocacia Geral da União
Port. – Portaria
CGVB – Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas
CGI – Departamento-Geral de Inspeção
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
CBIO – Comissão de Biosegurança
CGPP – Coordenação-Geral de Proteção de Plantas
CGPE – Coordenação-Geral de Programas Especiais
CGPE – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
CGCD – Coordenação-Geral de Combate às Doenças
S.D.A.- Secretaria de Defesa Agropecuária
VIGIAGRO – Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
CTQA - Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal
S.D.A. – Secretaria de Defesa Agropecuária
CFIC - Coordenação de Fertilizantes Inoculantes e Corretivos
CSM - Coordenação de Sementes e Mudanças
DFIA – Departamento de Insumos Agrícolas
DIEL – Departamento de infra-estrutura e Logística
CGAA – Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
CGAA – Coordenação-Geral de Açúcar e Alcool
DFIP – Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
COAGRE - Coordenação de Agroecologia
CGDS – Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável
DEPROS – Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade

LISTA DE GRÁFICOS E DECLARAÇÕES, ETC.

2. d) Desempenho Operacional

[Gráfico 1 – IV.](#)

[Gráfico 2 – IV.](#)

3. Informações sobre recursos humanos da unidade,

[Gráfico 1-d\)](#)

[Gráfico 2-d\)](#)

[Gráfico 3-d\)](#)

[Gráfico 4-d\)](#)

[Gráfico 5-d\)](#)

[Gráfico 6-d\)](#)

[8. Declaração da área responsável por Contratos Administrativos](#)

10. Series Históricas

10.1. Setor de Setor de Transporte

[Gráfico 1. - 10.2](#)

[Gráfico 2 - 10.2](#)

[Gráfico 3. - 10.2](#)

[Gráfico 4. - 10.2](#)

[Gráfico 5. - 10.2](#)

10.2. Pesquisa de Satisfação.

[Gráfico 1 -10.1](#)

[Gráfico 2 – 10.1.](#)

[Gráfico 3 -10.1.](#)

[Declaração](#) do Coordenador Geral de Administração de Recursos Humanos

Declaração do [Declaração do Contador](#) pela Unidade Jurisdicionada.

SUMÁRIO

ITENS	PAG.
Lista de Abreviações	3
LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.	4
<u>INTRODUÇÃO</u>	7
1. Identificação Item 1 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	9
2. Objetivos e Metas Institucionais da Unidade	9
a) Responsabilidades institucionais da unidade	9
I. Competência.	10
II. Objetivos estratégicos.	10
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:	10
I. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;	10
II. Plano de ação referente ao exercício a que trata o relatório de gestão	10
II.1. Quadro do Plano de Ação para o período de 2008 a 2011.	11
c) Programas sob a responsabilidade da unidade:	14
I. Relação dos programas e suas principais ações;	14
I.1 – Descrição dos Programas e suas principais ações	15
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações;	24
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras	25
d) Desempenho Operacional	35
I. Evolução das receitas e despesas	35
II. Indicadores de desempenho	35
II.1. Indicadores de Desempenho Institucionais	35
II.2. Indicadores de Desempenho Operacional	38
II.2.1. <i>Aplicação dos Indicadores Operacionais</i>	38
II.3. Desempenho das metas físicas e Financeiras das Ações	38
III. Análise do desempenho	40
IV. Análise dos resultados	41
3. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: (Item 3 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	42
a) composição dos recursos humanos;	42
a.1.) Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	42
b) informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;	43
c) indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir;	43
c.1.) – Indicadores de Desempenho da SRH	43
c.2.) – Esforços de Execução do Serviço	44
d) análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	44
4. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Item 5 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	47
5. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. (Item 6 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	47
6. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e	47

recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento. (Item 11 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	
7. Informação quanto ao <u>efetivo encaminhamento</u> ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007. (Item 12 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)	48
8- <u>Declaração da área responsável</u> atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. (Item 13 do Anexo II da DN TCU 100/2009)	48
9 - <u>Outras informações</u> consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão. (Item 14 do Anexo II da DN TCU 100/2009)	48
9.1. <u>Metas Qualitativas</u>	48
9.1.1. <u>Redução</u> das Metas Qualitativas para 2010	49
9.2. <u>Despesas</u> por Modalidade de Contratação	49
9.3. <u>Movimentação</u> Orçamentária por Grupo de Despesa	50
9.4. <u>Despesas Correntes</u> por Grupo e Elemento de Despesa	50
9.5. <u>Despesa de Capital</u> por Grupo e Elemento de Despesa	51
9.6. <u>Cadastramento</u> no SICONV	51
9.7. <u>Indicadores</u> aplicados pela Administração.	51
9.8. <u>Produtos</u> da Administração	52
9.9 <u>Relação</u> dos Contratos	53
10 – <u>Série Históricas</u>	
10.1. Série Histórica do <u>Transporte</u>	54
10.2. Série Histórica da <u>Pesquisa de Satisfação</u> .	55
11. <u>Declaração</u> do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.	57
12. <u>Declaração</u> do Coordenador Geral de Administração de Recursos Humanos	58
13 . <u>Conclusão</u>	61

INTRODUÇÃO

Este Relatório versa sobre os resultados do cumprimento das metas e implantação dos programas e ações desenvolvidos pelas áreas técnica e administrativa da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas, conferindo maior transparência em relação aos gastos da aplicação dos recursos públicos federais, facilitando a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade na prestação de serviço.

Nesse contexto, a SFA/AL visando à melhoria no nosso produto final, coerentemente com a missão e visão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de “*promover o crescimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira*”, executou ações e programas planejados para o exercício de 2009, no âmbito da defesa, inspeção, fiscalização, vigilância e fomento.

As ações desenvolvidas pela área técnica da SFA/AL trouxeram grandes repercussões para o Estado de Alagoas, entre as mais relevantes podemos destacar:

- Fiscalizações e inspeções realizadas nas indústrias e fábricas que produzem leite, ração e bebidas, culminando com diversos autos de infrações, gerando em alguns casos processos judiciais;
- Auditoria por parte dos técnicos do MAPA que resultou na saída do Estado de Alagoas da zona de risco desconhecido para zona de risco médio, trazendo um grande avanço no controle e erradicação da febre aftosa;
- Registro do maior número de cadastro de entidades públicas e privadas no SICONV, Sistema de Convênios criado pelo Governo Federal;
- Palestras sobre operacionalização no SICONV para técnicos da Prefeitura de Maceió, Controladoria Geral do Estado e para diversas entidades privadas sem fins lucrativos;
- Definição de ações para exportação de tabaco para o mercado chinês, por técnicos da Defesa Vegetal;
- Processo de implantação da própolis vermelha no Estado de Alagoas;
- Participação efetiva da SFA/AL nas Exposições Agropecuárias dos Municípios de Maceió e Batalha;
- Reuniões com agropecuaristas, dirigente de órgãos público e privado, entidades de classe e técnicos do setor agropecuário do Estado, etc.;
- Participação na Força tarefa do MAPA em diversos estados brasileiros e no exterior – Argentina;
- Incremento na capacitação de pessoal técnico, através da participação em diversos cursos;
- Entrevistas e notícias das ações da SFA/AL na imprensa falada, escrita e televisionada;
- Apreensão de produtos agropecuários;
- Fomento em diversos projetos agropecuários para Prefeituras do Estado de Alagoas no montante de aproximadamente R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).
- Participa como membro do Comitê Estadual do Programa Luz para Todos do Governo Federal.

As ações desenvolvidas pela área administrativa da SFA/AL objetivaram o apoio logístico e de infra-estrutura necessária para o bom desempenho das atividades da área técnica, destacando-se:

- Aquisição de 05 veículos novos através de processo licitatório;
- Aquisição de material permanente: computadores, mesas, notebook, condicionadores de ar, impressora, etc.;
- Aquisição de material de expediente em geral;
- Reforma de parte do Edifício Sede e construção de uma nova guarita;
- Criação da sala do PROVRH;
- Contratação de empresas de Prestações de Serviços de limpeza e higienização, terceirização de mão-de-obra, vigilância armada, fornecimento de combustível, manutenção de veículos, telefonia fixa e móvel, CASAL e CEAL, Imprensa Nacional, Correios, etc.
- Cadastramento de aposentados e pensionistas;
- Treinamento e capacitação de servidores nas áreas de licitação, recursos humanos, patrimônio e SAG;
- Palestra sobre Ética e Disciplina para os servidores ativos, proferida pela Assessora de Ética e Disciplina do MAPA;
- Participação de servidores no Programa da Melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho, através do acompanhamento de estudantes do Curso de Fisioterapia do CESMAC - Centro Educacional Superior de Maceió.
- Participação de servidores em treinamento do SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e Gestão Estratégica do MAPA, através de Vídeo Conferência.

Para o próximo exercício a Superintendência pretende, juntamente com o corpo técnico da ADEAL, tornar o Estado de Alagoas em zona livre da aftosa com vacinação, fomentando a área da defesa animal e vegetal, através de convênios, melhoria na qualidade de produtos de origem animal, bebidas e rações, procurando realizar as metas programadas nos Planos Internos. Na área administrativa pretende-se melhorar a infra-estrutura física, através da construção de um auditório para 150 lugares, construção de um poço artesiano, pintura do prédio, colocação de laje de teto no bloco da área técnica, revisão de toda rede elétrica e na área de recursos humanos promover a capacitação de servidores em treinamentos nas áreas de patrimônio, licitações, transporte, almoxarifado, protocolo etc.

Neste relatório, os itens 4, 7, 8, 9 10, 13 e 14 do conteúdo do anexo II da DN TCU 100/2009, bem como alguns quadros para acompanhamento de informações da parte “C” do anexo II da UG, não constam por não se aplicarem à SFA/AL.

1. Identificação

(Item 1 do Conteúdo Geral (A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 000014	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas			
Denominação abreviada: SPA-AL			
Código SIORG: 000014	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130027	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura Federal Estadual e Municipal			Código CNAE: 8473-2
Telefones/Fax de contato:	(082) 3315-7000	(82) 3315-7001	(082) 3121-7047
Endereço eletrônico: sfa-al@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://intranet.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Logradouro, Avenida Fernandes Lima, nº. 72, bairro, Farol, CEP-57.050-900, Maceió-AL			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962, republicada em 03/01/1963. Decreto nº4629, de 22/03/2003, republicado no DOU de 21/03/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A Portaria 300 de 16 de junho de 2005, publicada no D.O.U. de 20 de junho de 2005,			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Aquisição de Bens e Serviços, de TI, Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, Manual de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, Manual de Comunicações Administrativas, Manual de Convênios, Manual de Execução Orçamentária e Financeira, Manual de Licitação e Convênios, etc.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130027/00001	Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos. (Item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

a) Responsabilidades institucionais da unidade (missão):

A SFA tem como missão: "**Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.**" Definida pelo MAPA, tanto para a sede como para todas as Superintendências

I) Competência.

A SFA tem como competência a execução das atividades e ações de:

- Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária;
- Fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- Produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana de açúcar, açúcar e álcool;
- Administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- Aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Compete, ainda, à Superintendência Federal a execução de específicas atividades demandadas pela Secretaria-executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

II) Objetivos estratégicos

A SFA tem como Objetivo Estratégico o mesmo empregado pelo MAPA, que é: Garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos.

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

As estratégias do Mapa, constantes do seu Plano Estratégico, estão representadas no PPA 2008-2011 por meio dos Objetivos Setoriais, Programas e Ações; coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As Superintendências têm os seus Programas e Ações determinados e repassados pelo MAPA, após descentralização de acordo com a região.

I. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A SFA coloca em prática seu Plano de ação para cumprimento de suas metas operacionais levando-se em conta ser uma unidade descentralizada e tem suas orientações vinculadas a administração direta no atendimento de requisitos da lei. A formulação de estratégias, sua atividade de

planejamento, está representada prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA, que são representadas no PPA, publicadas e divulgadas no Programa SIGPLAN.

II - Plano de ação referente ao exercício a que trata o relatório de gestão

II.1. Quadro do Plano de Ação para o período de 2008 a 2011.

Resultados	Indicadores de resultados	Tarefas	Andamento
SDA/R1 - Sistema Zoofitossanitário implantado e operacional em todo o território nacional	Percentual de auditorias conformes (chek list)	Fortalecer a estrutura dos serviços de defesa e fiscalização da área animal	Fortalecimento em andamento através do repasse de recursos a ADEAL, via convênio com o MAPA. O referido convênio encerra-se no final de 2009 e será reeditado para novo período de vigência com início em 2010.
	Controle e erradicação da Febre Aftosa	Articulação com Estados e Municípios para caracterização e ampliação de áreas livres (auditoria, supervisão, monitoramento, implementação) de doenças	O Estado de Alagoas foi declarado com zona de risco médio para febre Aftosa e passará por nova auditoria em 2010, pleiteando a mudança para zona livre com vacinação. A greve dos servidores da ADEAL prejudicou o andamento das fiscalizações em fazendas de risco, vacinação compulsória dos inadimplentes e fiscalização de eventos.
	Tempo de resposta nas ocorrências sanitárias e fitossanitárias (diagnostico e intervenção)	Estruturar as Unidades de Vigilância Agropecuária (SVAs e UVAGROS) e as Unidades Técnica de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRAs) e instalar aquelas previstas no Regimento Interno das SFAs	A SFA/AL está no aguardo dos processos de oficialização das UVAGROS porto e aeroporto de Maceió, uma vez que as mesmas estão previstas no regimento interno das superintendências, porém ainda não foi oficializado pelo secretário executivo do MAPA, único cargo com o poder de oficialização das mesmas.

	Áreas livres de pragas caracterizadas ou ampliadas (há)	Fortalecer a estrutura dos serviços de defesa e fiscalização da área vegetal	Fortalecimento em andamento através do repasse de recursos a ADEAL, via convênio com o MAPA. O referido convênio encerra-se no final de 2009 e será reeditado para novo período de vigência com início em 2010.
	Taxa de Fitossanidade	Articulação com Estados e Municípios para caracterização e ampliação de áreas livres (auditoria, supervisão, monitoramento, implementação) de pragas	O Estado segue caminhando nos programas, porém sua execução foi prejudicada pela greve dos servidores da ADEAL, uma vez que todos os monitoramentos de pragas foram suspensos em razão da paralisação dos servidores.
SDA/R2 - Conformidade dos insumos agrícolas e pecuários assegurados	Índice de conformidade de insumos agropecuários	Monitorar o atendimento das Boas Práticas de Fabricação de Insumos Agrícolas e Pecuários	Todas as empresas registradas foram notificadas quanto a necessidade da entrega do Manual de Boas Práticas de Fabricação e sobre a cobrança dos mesmos durante as fiscalizações vindouras.
		Implantação de Farmacovigilância	No aguardo das diretrizes do MAPA sede.
		Implantação do Sistema Brasileiro de Inspeção e Fiscalização de insumos Agrícolas e Pecuários	No aguardo das diretrizes do MAPA sede.
SDA/R4 - Quantidade de produtos de origem vegetal assegurado (conformes e seguros)	Índice de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal	Promover as boas práticas de fabricação dos produtos de origem vegetal	Todas as empresas registradas foram notificadas quanto a necessidade da entrega do Manual de Boas Práticas de Fabricação e sobre a cobrança dos mesmos durante as fiscalizações vindouras.
SDA/R6 - Totalidade dos abastecimentos (abatedouros e outros) com inspeção oficial		Implantação do Programa de Conformidade	O Estado não possui empresas que atuam no abate de animais e que possuem SIF.
		Implantação do SISB/SUASA	Nenhuma prefeitura manifestou interesse na implantação do programa até o presente momento.

SDC/R1- Sistema de Produção Agropecuária Sustentável Implantada	Variação relativa da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis	Implantação de Programa de Projetos para Intensificar a Adoção de sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura e Plantio Direto	No aguardo das diretrizes do MAPA sede
	Áreas em Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura e Plantio Direto na Palha	Formento á Projetos de Manejo de Bacias Hidrográficas	No aguardo das diretrizes do MAPA sede
SDC/R2- Capital intelectual protegido, desenvolvimento tecnológico e inovação no agronegócio ampliado	Número de projetos ampliados por área foco prioritária (biotecnologia, agricultura de precisão, recursos genéticos e transferência de tecnologia)	Formento á indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG	Processo de implantação da Própolis Vermelha de Alagoas em fase bastante avançada de implantação e em vias de envio a apreciação do INPI.
		Formatar a inovação no agronegócio	No aguardo das diretrizes do MAPA sede
	Número de tecnologias agropecuárias protegidas	Fomentar a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação	O Estado possui apenas uma empresa que possui experimentos na área de organismos geneticamente modificados e que está sendo monitorada constantemente pela SFA/AL seguindo as diretrizes emanadas pela CTNbio.
		Proteger e fiscalizar cultivares	No aguardo das diretrizes do MAPA sede
SDC - Projetos de Fomento e Desenvolvimento Agropecuário	Número de projetos acompanhados	Participação na elaboração e acompanhamento da execução dos projetos de fomento e desenvolvimento agropecuário	Participação em pleno funcionamento através da celebração de convênios e do apoio as entidades que atuam no fomento do desenvolvimento agropecuário.
SDC/4 - Problemas de infra-estrutura e logística minimizados	Volume de produtos exportados por portos da Região Norte/Nordeste	Articulação com outros órgãos governamentais NMT, MME, DNIT, ANTAQ, ANTT, Secretária Especial de Portos diagnosticando as necessidades de investimento em infra-estrutura para o setor	No aguardo das diretrizes do MAPA sede
SE/R1A - Gestão por competência implantada	Nível de satisfação do servidor do MAPA	Implantar/melhorar sistema de cursos humanos	Ainda não implantado
SE/R4 - Modelo de segurança da informação do MAPA implantado	Percentual do Projeto do Modelo de Segurança executado	Adequar estrutura de TI	Implantação em andamento

SE/R8 - Espaço Físico do MAPA reordenado e reformado		Elaboração do projeto de reforma dos imóveis das unidades descentralizadas do MAPA SEDE- UTRAs - UVAGROs e SVAs (PI-INFRAESTRUTURA)	Elaborado Projeto para reforma da Guarita, Recepções e Banheiros.
AGE/R1 - Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Grau de conhecimento da gestão estratégica	Monitorar metas acordadas dos Resultados Estratégicos	O Processo encontra-se em fase de implantação e implementação. O grau de conhecimento é satisfatório.
GM/R1 - Sistema de Comunicação Integrada di MAPA implantado	Índice do sistema implantado (%)	Implantar sistema de comunicação integrado do MAPA	Em processo de implementação.
GM/R2 - Formas e instrumentos de relacionamento do MAPA com os principais públicos de interesse elaborados, revisados e implantados		Fortalecer no SEPDAG estrutura para acompanhar câmaras setoriais locais	O SEPDAG acompanha todas as demandas das câmaras setoriais locais a contento.

c) **Programas** sob a responsabilidade da unidade:

I. Relação dos programas e suas principais ações;

Programa	Ação	
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (Cód. 356)	8939	IPVEGETAL 2 - Inspeção e Fisc. de Produtos de Origem Vegetal
	4746	PADCLASSIF - Padronização, Classif., Fisc. e Insp. de Produtos Vegetais
	8938	INSPANIMAL 3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
Segurança da Sanidade na Agropecuária (Cód. 357)	8572	PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
	8658	PCEANIMAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
	4842	FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa
	2180	FISCAPLANTA2 - Vig. e Fisc do Trâns. Internacional de Veg, seus Prod e Insumos
	2181	FISCANIMAL2 - Vig. e Fisc do Trâns. Internacional de Animais, seus Prod e Insumos
	2134	VIGIFITO1 - Vig. e Fisc do Trâns. Interestadual de Veg, seus prod e derivados
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (Cód.375)	2139	VIGIZOO 2 - Vig. e Fisc. do Trâns. Interestadual de Animais, seus Prod e Insumos
	2141	FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
	2179	FISCALSEM 1 - Fiscalização de Sementes e Mudanças
	2177	FISCAGRIC1 - Fiscalização de Serviços Agrícolas
Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (Cód.1442)	2124	FISCINAN - Fisc. de Insumos Destinados a Alimentação Animal
	2140	FISPROVET1 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
	8591	APOIOAGRIC- Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas

Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade (Cód.1426)	8606	DESENORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico
--	------	---

I.1 Descrição dos programas e suas principais ações;

Tabela 1 - Dados Gerais do Programa

356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Objetivo Específico	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Celso Walter C. Barros
Indicadores e parâmetros utilizados	Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.
Público - alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Tabela 1.1 - Dados Gerais da Ação:

8939 – IPVEGETAL2 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGIB / DIPOV
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidades executoras	SIPAG

Tabela 1.2. - Dados Gerais da Ação:

4746 - PADCLASSIF - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	
Tipo	Atividade

Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subproduto se derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Coordenador nacional da ação no Estado	Fernando Guido Penatiol
Unidades executoras	SIPAG

Tabela 1.3. - Dados Gerais da Ação:

8938 – INSPANIMAL3 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal
Descrição	<p>A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</p> <p>B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</p> <p>C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos</p>

	Bons Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Inspeção – CGI / DIPOA / SDA
Coordenador nacional da ação no Estado	Judi Maria da Nóbrega
Unidades executoras	SIPAG

Tabela 2 - Dados Gerais do Programa

0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA	
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Objetivo Específico	Garantir a segurança alimentar
Gerente do Programa	INÁCIO AFONSO KROETZ
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio Vieira dos Santos
Indicadores e parâmetros utilizados	2969 - Áreas Declaradas Livre de Febre Aftosa com Vacinação
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Tabela 2.1. - Dados Gerais da Ação:

8572 – PCEVEGETAL - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	
Tipo	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 2.2. - Dados Gerais da Ação

4738 - ERRADICAMOSCA – Erradicação da Mosca da Carambola	
Tipo	Finalístico
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambola e" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / SDA
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 2.3. - Dados Gerais da Ação

8658 – PCEANIMAL3 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	
Tipo	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais,
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, consolidação de sistema de informação zoossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 2.4. - Dados Gerais da Ação:

4842 – FEBREAFTOS - Erradicação da Febre Aftosa	
Tipo	Finalístico
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento sorológico epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças – CGCD / DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 2.5. - Dados Gerais da Ação:

2180 – FISCPLANTA 2 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e Insumos.

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar fitossanidade dos produtos nacionais na exportação
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	VIGIAGRO

Tabela 2.6. - Dados Gerais da Ação:

2181 – FISCANIMAL 2 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.	
Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países; inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	VIGIAGRO/AL

Tabela 2.7. - Dados Gerais da Ação:

2134 – VIGIFITO1- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produto e Insumos	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional;
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal – CTQA / DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 2.8. - Dados Gerais da Ação:

2139 – VIGIZOO2 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	
Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da zoossanidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / SDA
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Unidades executoras	SEDESA

Tabela 3 - Dados Gerais do Programa:

0375 - QUALIDADES DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	
Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Objetivo Específico	A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores
Gerente do Programa	INÁCIO AFONSO KROETZ
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ismael Vital de Souza
Indicadores e parâmetros utilizados	365 - Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas; 364 - Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas; 366 - Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais e 367 - Taxa de Conformidade de Inoculantes
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Tabela 3.1. - Dados Gerais da Ação:

2141 – FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.	
Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consistem da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho
Unidades executoras	SEFAG

Tabela 3.2. - Dados Gerais da Ação:

2179 – FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudanças	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de

	produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENSSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudanças – CSM / DFIA / SDA
Coordenador Nacional da Ação	JOSE NEUMAR FRANCELINO
Unidades executoras	SEFAG

Tabela 3.3. - Dados Gerais da Ação:

2177 – FISCAGRICI - Fiscalização de Serviços Agrícolas	
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA / SDA
Coordenador nacional da ação	Maria Auxiliadora Domingues de Souza
Unidades executoras	SEFAG

Tabela 3.4. - Dados Gerais da Ação:

2124 – FISCINAN - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação – Animal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuário sem boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos Nacionais e Internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal – CPAA / DFIP / SDA
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Unidades executoras	SEFAG

Tabela 3.5. - Dados Gerais da Ação:

2140 – FISPROVET 1- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral

	níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius S. Leandro Junior
Unidades executoras	SEFAG

Tabela 4 - Dados Gerais do Programa:

1442 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	
Tipo Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio à organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Objetivo Específico	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Gerente do Programa	MARCIO ANTÔNIO PORTOCARRERO
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Magno Aldrey Palmeira
Indicadores e parâmetros utilizados	Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Tabela 4.1. - Dados Gerais da Ação:

8591 – APOIOAGRIC Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	
Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade – CGSPR / DEPROS / SDC

Coordenador nacional da ação	LUIZ CARLOS BHERING NASSER
Unidades executoras	SEPDAG

Tabela 5 - Dados Gerais do Programa:

1426 – CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	
Tipo Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Objetivo Específico	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Gerente do Programa	MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Magno Aldrey Palmeira
Indicadores e parâmetros utilizados	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Tabela 5.1. - Dados Gerais da Ação:

8606 – DESENORG Desenvolvidos da Agricultura Orgânica – pró-orgânica	
Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material

	genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras	SEPDAG

Tabela 6- Dados Gerais do Programa:

0750 – APOIO ADMINISTRATIVO	
Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais Unidade Responsável
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivo Especifica	
Gerente do Programa	
Indicadores e parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Tabela 6.1. - Dados Gerais da Ação:

Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	
Tipo	Apoio Administrativo
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-geral de Apoio às Superintendências - CGAS
Coordenador nacional da ação	Rinaldo Junqueira de Barros
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura e demais unidades descentralizadas nos entes federados

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações;

Programa	Subfunção:	Ação		Tipo da Ação	Unidade de Medida	Unidade administrativa responsável	Unidade executora (Estado)
356	Formatização e Fiscalização	8939	IPVEGTAL 2	A	Unidade	S.D.A. CGVB/DIPOV	SIPAG
		4746	PADCLASSIF	A	Ton	CGVB/DIPOV	SIPAG
		8938	INSPANIMAL 3	A	Unidade	CGI/DIPOA	SIPAG
357	Sanitária Vegetal	8572	PCEVEGETAL	A	Ha	CGPP/DSV	SEDESA

375		4738	ERRADMOSCA	A	Ha	CGPP/DSV	SEDESA	
		8658	PCEANIMAL	A	Unidade	CGCD/DAS	SEDESA	
		4842	FEBREAFTOS	A	Km ²	D.S.A.	SEDESA	
		2180	FISCAPLANTA 2	A	Unidade	VIGIAGRO	VIGIAGRO	
		Defesa Sanitário Animal	2181	FISCANIMAL2	A	Unidade	VIGIAGRO	VIGIAGRO
		Normatização e Fiscalização	2134	VIGIFITO1	A	Unidade	S.D.A.	SEDESA
			2139	VIGIZOO2	A	Unidade	CTQA / DSA	SEDESA
			2141	FISFECOI	A	Unidade	CFIC/DFIA	SEFAG
			2179	FISCALSEM 1	A	Unidade	CSM/DFIA	SEFAG
			2177	FISCAGRIC1	A	Unidade	DIEL	SEFAG
			2124	FISCINAN	A	Unidade	CPAA/DFIP	SEFAG
			2140	FISPROVET1	A	Unidade	S.D.A. CPV	SEFAG
			2019	FISCGENE	A	Unidade	DMG/DFIP	SEFAG
1442	Formação de Recursos Humanos	8591	APOIOAGRIC	A	Unidade	COAGRE/CGDS /DEPROS	SEPDAG	
1426	Normalização e Qualidade	4720	CERTORGAN1	A	Unidade	S.D.C. DEPROS	SEPDAG	

III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

PROG.	AÇÃO	Coordenador Estadual	Responsável pela Ação	Responsável pelos dados
356	8939-IPVEGETAL2	Celso Walter C. Barros	Daniela Maria S. Nery	

Considerações

As atividades da ação IPVEGETAL consistem em resumo, no registro, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de vinhos, bebidas e fermentados acéticos.

As inspeções em estabelecimentos de produtores de bebidas no ano de 2009 foram prejudicadas pela execução e acompanhamento paralelo dos procedimentos administrativos referentes à apuração das infrações e denúncias externas recebidas, bem como ao constante e necessário atendimento ao público, com o objetivo de repasse de informações e orientações, quanto às normas em vigor. Estima-

se que com a relocação ou contratação de pessoal de apoio administrativo e de fiscais agropecuários, a produtividade do setor venha a aumentar.

356	4746 – PADCLASSIF	Celso Walter C. Barros	Terezinha C. de Paula
------------	--------------------------	-------------------------------	------------------------------

Considerações

Para garantir a identidade e qualidade dos produtos, realizamos inspeção em 52 (cinquenta e dois) estabelecimentos comerciais, obtendo uma amostragem de 71(setenta e um) produtos, o que significa a aplicação do mesmo número em Termos de Auto de Coleta e Amostra.

Atendendo a solicitação do Plano Nacional de Aferição de Qualidade de Óleos Vegetais, foi realizada a Coleta de Amostra de diversas marcas, onde ficaram constatado 03(três) destas em **não** conformidade e em conseqüência, foi-se aplicado o Auto de Inflação.

Para execução das atividades do PI, contamos com 02(duas) Fiscais Federais Agropecuários.

Alguns pontos que vem atrapalhando o funcionamento do Setor:

- Falta de classificadores e de treinamento para os servidores da IDERAL, ligados à atividade, com o objetivo de dar suporte e agilidade às análises dos produtos.

- Durante todo o exercício 2009 pleiteamos a capacitação e curso de ATUALIZAÇÃO para os servidores da empresa credenciada, com o objetivo de assim, esta, subsidiar o projeto PADCLASSIF, oferecendo toda a cobertura necessária quando da realização das análises. A empresa IDERAL conta com 10(dez) classificadores, que necessitam urgentemente de um curso de atualização.

Contamos ainda, com um laboratório montado nas dependências da SFA.

356	8938 INSPANIMAL3	Celso Walter C. Barros	O mesmo
------------	-------------------------	-------------------------------	----------------

Considerações:

As atividades de Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/AL, nos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal, têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

As ações que causaram maior impacto nos processos descritos foram autuações aplicadas às empresas que estavam descumprindo as normas regulamentares.

A Operação Ouro Branco, deflagrada pela Polícia Federal, provocou repercussão, levando a população a reagir quanto à escolha de marcas de leite produzidos no estado, chegando ao ponto de as grandes redes de supermercados retirar-las de suas prateleiras.

As empresas também reagiram com questionamentos das competências e da introdução de novos parâmetros para avaliação do leite, que não estavam previstos nos RTIQ (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade), nem nas normas regulamentares.

Tanto a imprensa quanto as empresas denunciadas, passaram a cobrar do SIPAG-AL posicionamentos, que assegurassem serem os produtos inócuos e poderem ser consumidos sem riscos. Na tentativa de reverter o estrago que as notícias provocaram no mercado, as empresas passaram a procurar com mais intensidade os serviços prestados pelo corpo técnico desta SFA/AL.

Os resultados das amostras coletadas na Operação Ouro Branco chegaram ao SIPAG-AL, uma vez que resultaram em autuações e na abertura de processos administrativos. Infelizmente os trâmites burocráticos retardaram os processos, o que impossibilitou as realizações de contraprovas, ocasionando o arquivamento dos mesmos de acordo com o devido processo legal.

Este cenário acarretou mudanças no Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários. O DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que priorizou ações de fiscalização na produção de LEITE UHT, estabelecendo cotas estaduais de coletas de Amostras Fiscais para o controle de qualidade. As demandas foram atendidas e os resultados inicialmente comprovaram o desvio denunciado pela Operação acima citada, notadamente pelos altos índices de CMP (Caseiniomacropéptídeos – indicador de adição de soro, que é um subproduto da coagulação do leite, face a ação da renina sobre a caseína, usualmente utilizada na fabricação de queijos) revelaram um percentual elevado de produtos não conformes e identificou o problema em leite oriundo de outros estados, culminando com a apreensão de 52 toneladas de leite em pó com elevado índice de CMP.

As empresas foram autuadas no devido processo legal e submetidas às sanções previstas no

regulamento. Em curto prazo as amostras analisadas passaram a apresentar resultados conformes.

No final do ano de 2008, praticamente não apresentava resultado de análises fora do padrão e, observou-se no SIGSIF – Sistema de Informações Gerenciais de Serviço de Inspeção Federal, uma redução da ordem de 100.000 (Cem mil) litros de leite na captação oficial do Estado – estabelecimentos sob SIF.

A responsabilidade assumida pelo serviço diante da mídia em dar uma resposta rápida, acarretou em um alto nível de envolvimento da alta e média gerência, para que as atividades fossem desempenhadas com êxito.

As mudanças na forma de ação do SIPAG-AL, as autuações implacáveis, as freqüentes auditorias do DIPOA, classificando os estabelecimentos de todas as áreas em escores com respectivos protocolos de adoção de medidas que podem chegar até o cancelamento do registro, vieram embasar as respostas exigidas pelos consumidores quanto à eficiência e eficácia do serviço.

PROGRAMAS ESPECIAIS DO DIPOA - Por intermédio de gestores estaduais esse Departamento mantém o desenvolvimento de programas especiais, onde são descentralizadas as ações. Assim, os gestores estaduais assumem atribuições e tarefas demandadas pelo DIPOA, sem prejuízos das funções rotineiras dos trabalhos de Inspeção:

- Programa para Implementação da Instrução Normativa 51 – Melhoria da qualidade do leite;
- Programa de Combate a Fraude do Leite;
- PNCR – Programa de controle de resíduos;
- SISBI – Programa para divulgação e distribuição do material relativo à legislação que propõe a equivalência dos sistemas de inspeção;
- Ações de prevenção de EEB
- Água no frango
- Água no pescado

Demandas:

PNCR	Coleta de duas amostras sorteadas
Água no Frango	Coleta de uma amostra sorteada
Água no Pescado	Coleta de uma amostra sorteada
EEB	Supervisão em graxarias de abatedouros
SISBI	Reunião com Secretários Municipais de Agricultura

O SIPAG conta com 03 (três) Técnicos de Inspeção e 08(oito) FFA para atender todas as Ações destinadas ao Serviço.

357

8572 - PCEVEGETAL

Antonio V. dos Santos

José Edler P. Pitta

Considerações:

Cerca de 30% da produção vegetal é perdida, devido a fatores edafoclimáticos e ocorrências de pragas novas ou pré-existentes.

Pragas quarentenárias e/ou regulamentadas que limitam a produção, baixando produtividade e conseqüentemente a qualidade de vida dos produtores rurais e elevação de preços aos consumidores com prejuízos inclusive ao meio ambiente, devido ao aumento de aplicações de pesticidas.

Medidas para reduzir os danos ocasionados pelas diferentes pragas nas culturas de importância econômica, tem sido adotadas com a utilização de materiais resistentes e práticas culturais como a rotação de culturas e plantio direto; medidas de exclusão e erradicação através de legislações federais e estaduais; política de controle de pragas; inspeções e descarte de materiais propagativos infectados; medidas de evasão, como precocidade de variedade, recomendação de épocas de plantio, zoneamento agrícola e proteção, através de produtos químicos.

Tanto as pragas quarentenárias como não quarentenárias regulamentadas, uma vez introduzidas em áreas indenes, poderão ser disseminadas para outras regiões através de meios como ventos, chuvas, maquinários, implementos agrícolas, insetos vetores e o próprio homem, através de manejo inadequado da cultura.

Sendo assim, justifica-se uma ação da SFA-AL, através do Serviço de Sanidade Vegetal. Dentro deste contexto, propõem-se ações com a finalidade de impedir a veiculação e entrada de materiais infectados, bem como: reduzir e/ou eliminar fontes de inóculos potenciais nas regiões produtoras, resguardando todo o setor agrícola, base da economia do Estado.

SUBMETAS EXECUTADAS:

01 - PREVENÇÃO E MONITORAMENTO DA SIGATOKA NEGRA E MOKO NA CULTURA DA BANANA

FASE A - MONITORAMENTO DAS ÁREAS SOB CONTROLE DO MOKO DA BANANEIRA - O Estado de Alagoas possui cerca de 7.000 hectares plantados com a cultura de banana, (área total protegida e monitorada), 5 hectares de banana sob inspeção mensal (com ocorrência da praga) e 240 hectares de Flores Tropicais em monitoramento.

FASE B - MONITORAMENTO DA SIGATOKA NEGRA - Cerca de 6.500 hectares e 100 áreas não comerciais monitorados e realizada 01 Auditoria no Sistema, confirmando Alagoas como livre da Sigatoka Negra.

02 - PREVENÇÃO E MONITORAMENTO DAS PRAGAS DA FRUTICULTURA - O Estado de Alagoas tem cerca de 15.000 hectares plantados com as culturas de coco e citrus:

FASE A - CULTURA DO COQUEIRO - Na cultura do coqueiro, a *Resinose*, praga que se encontra em uma propriedade no município de São Sebastião (cultivo de coqueiro anão), propriedade com 40 hectares, alta produção, mesmo fazendo uso de tecnologia e acompanhamento técnico. Em 2009 foram eliminadas cerca de 300 plantas por causa da praga. Outras ações como o monitoramento do Anel Vermelho e seu vetor, em cerca de 3.000 hectares.

FASE B - CULTURA DOS CITROS - Em Alagoas, a cultura dos citros é livre das principais pragas que causam prejuízo, tais como: CVC, Cancro Cítrico, Pinta Preta, Morte Súbita e Greening.

Há trabalhos de monitoramento e de campanhas educativas, desenvolvidos principalmente nos municípios de Santana do Mundaú, União dos Palmares, São Jose da Laje, Branquinha, Novo Lino, Ibateguara, em área com cerca de 7.000 hectares plantados com a cultura, no Estado.

03 - PREVENÇÃO E MONITORAMENTO DAS PRAGAS DAS OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS (Algodão e Palma): No Estado de Alagoas tem cerca de 12.000 hectares com algodão, e 150.000 hectares com palma forrageira.

Em 2009, não trabalhamos a cultura do algodão, tendo em vista que a mesma não tem pragas quarentenárias e como não tínhamos no convênio com a ADEAL (Agencia de Defesa Agropecuária do Estado de Alagoas) metas para com a referida cultura e tendo a ameaça da praga "Cochonilha do Carmim" próximo à fronteira do Estado de Alagoas com Pernambuco, priorizamos a cultura da palma forrageira, onde a praga se estabeleceu, já que tem característica bastante agressiva, destruindo rapidamente esta cultura, causando grandes prejuízos principalmente aos pequenos produtores de leite, que ficam sem ter como alimentar o gado na estação seca.

04 - PREVENÇÃO E MONITORAMENTO DAS PRAGAS DA CANA DE AÇUCAR (Migdous - Sphenophorus): Alagoas tem cerca de 450.000 hectares plantados com cana-de-açúcar.

Para o Estado, as pragas que tem merecido nossa maior atenção, são: Migdolus, Sphenophorus Levis e Ferrugem alaranjada. Esta última com a chegada em dezembro de 2009, no Estado de São Paulo. Foi desenvolvido, portanto em Alagoas, trabalhos em cerca de 200.000 hectares, tendo o apoio dos técnicos da Empresa (Usinas e Destilarias).

357	8658 - PCEANIMAL	Antonio V. dos Santos	Marta P. S.Maior	ADEAL/AL
<p>Considerações:</p> <p>As ações incluídas no PCEANIMAL são desenvolvidas pelo órgão executor, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas/ADEAL, por delegação de competência, cabendo ao SEDESA da SFA/AL cobrar relatórios das ações além de auditar este órgão, como regulamenta as diversas legislações específicas. Durante todo o ano de 2009, várias cobranças foram feitas (Fax Nº 25/2009, 79/2009, 89/2009, 117/2009, 131/2009, 149/2009-GAB/SEDESA/DT/SFA/AL e Ofício Nº 134/2009 GAB/SEDESA/DT/SFA/AL) para que a ADEAL enviasse relatórios das atividades desenvolvidas para alimentar o SIPLAN. No entanto, nenhuma resposta foi obtida neste sentido. Observa-se que a ADEAL tem realizado esforços para melhoria das atividades de Defesa Sanitária Animal, através da incorporação de novos profissionais ao seu quadro, através de concurso público e ampliação do horário de atendimento ao público para 8 horas diárias nas Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's) e alguns Escritórios de Atendimento a Comunidade (EAC's). Contudo, ainda há necessidade de mais profissionais, assim como a harmonização da carga horária dos funcionários cedidos e do funcionamento de alguns escritórios com o novo horário de funcionamento da ADEAL (8 horas). Com relação a este ponto ainda, nas Unidades Locais fiscalizadas, durante auditorias dos programas de defesa sanitária animal e de acompanhamento de convênio, observou-se, através de relatos e documentos, grande insatisfação quanto aos recursos humanos, no que diz respeito ao número de funcionários (saída de profissionais para assumir vagas obtidas por outros concursos, não preenchimento de vagas do concurso de 2007, aposentadorias/afastamentos), incompatibilidade de carga horária entre funcionários da ADEAL (8 h) e cedidos (CARPH/SEAGRI – 6h). Foi manifestada ainda grande insatisfação dos funcionários quanto ao salário, trabalhos extras sem devida remuneração, ausência de adicional de insalubridade e adicional noturno. Além disso, observou-se em unidade local destinada à realização de atividades de defesa sanitária animal, o deslocamento de fiscal estadual para atividade não relacionada ao proposto, como por exemplo, inspeção de produtos de origem animal e atividades de vigilância em posto fixo.</p> <p>Devido a situação relatada, os fiscais estaduais agropecuários, paralisaram suas atividades, entrando em greve, em outubro/2009. Situação esta que dura até o mês corrente, sem previsão para resolução deste grave problema.</p> <p>Diante do exposto, observamos que os cargos e atividades dos servidores que compõem o quadro da defesa sanitária animal, devem estar bem estabelecidos para que não haja prejuízos nas ações, inviabilizando a execução de atividades e fiscalizações referentes aos diversos programas estabelecidos, inclusive tendo em vista o aumento da demanda de ações de vigilância em saúde animal advinda da evolução de status sanitários, como o caso da recente classificação de Alagoas como risco médio para Febre Aftosa e aspiração às melhores classificações.</p> <p>No PPA de 2007 a 2011 juntou-se vários PIs no PCEANIMAL, desta forma a avaliação dos resultados será feita individualmente:</p> <p>SANIDADE AVÍCOLA: O Estado de Alagoas aderiu a IN 17 de 17/04/2006, recebendo equipe de auditores para avaliação do sistema de defesa animal, com ênfase em sanidade avícola, em 2008, obtendo classificação “D”.</p> <p>Apesar de ter publicado portaria estadual para adesão ao programa e demonstrar interesse na execução das ações do PNSA, a referida agência não respondeu à solicitação de elaboração de um plano de ação, bem como o cronograma de execução recomendado pelo relatório da auditoria, feito através do Ofício DSA Nº 412/2009 e 657/2009, encaminhados pelo Ofício Nº 986/2009/GAB/SEDESA/DT/SFA/AL. Ainda não houve adesão à IN 56/2006, ou seja, o processo de registro de estabelecimentos avícolas comerciais ainda não foi iniciado, apesar das cobranças feitas pelo Departamento de Defesa Animal, através do SEDESA/SFA/AL.</p> <p>Durante as auditorias feitas pelo SEDESA/SFA/AL nas ULSAV's para avaliação da execução das ações do PNSA nos principais municípios produtores avícolas, observou-se que os fiscais estaduais agropecuários, não estão envolvidos nestas ações e não realiza visitas aos estabelecimentos avícolas,</p>				

cadastro de estabelecimentos que comercializam aves vivas, além de outras ações impostas pelo PNSA.

Todas as atividades ligadas a habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA para aves ainda está sendo executada pelo SEDESA. Só existe um fiscal estadual responsável pelo programa em todo Estado e este está locado na Unidade Central da Agência. Os resultados do PI em Alagoas são lentos, uma vez que a execução das ações é realizada pela ADEAL que não dispõe de quantitativo de técnicos suficientes para a execução, além disso, os que fazem parte do corpo técnico da referida agência encontram-se em greve desde outubro do corrente ano. Do ponto de vista de disponibilidade de recursos no exercício de 2009, todas as solicitações feitas a Coordenação de Sanidade Avícola - CSA/DSA foram atendidas, não tendo sido entrave para o desenvolvimento das ações pelo SEDESA/SFA/AL.

SANIDADE DOS EQUÍDEOS: Assim como foi mencionado anteriormente, a execução deste programa tem suas ações desenvolvidas pela ADEAL, por delegação de competência, e supervisionadas pelo SEDESA, desta forma, a execução deste programa assim como a dos outros não é a contento pelos mesmos motivos já mencionados anteriormente, principalmente pela falta de envolvimento dos técnicos pela carência de pessoal, falta de planejamento da agência além da greve dos fiscais estaduais que está em andamento. Assim, as cobranças feitas pelo SEDESA não são atendidas, principalmente a entrega de relatórios, enfatizando-se aqueles que alimentam o SIPLAN, os dados epidemiológicos do Ministério da Agricultura e principalmente os relatórios de acompanhamento de convênio.

SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS: O Estado ainda não implantou o referido programa no Estado de Alagoas. Da mesma forma que foi mencionada em relatório do exercício anterior, o Estado, ou seja, o órgão executor, a ADEAL, precisa realizar cadastro das propriedades que exploram animais aquáticos, além de promover reuniões com órgãos e entidades envolvidas no ramo, objetivando o desenvolvimento e estímulo destes a participarem do PNSAA.

Neste ano, o Ministério da Agricultura promoveu o 1º Treinamento do Programa de Sanidade dos Animais Aquáticos, inclusive, com participação de um fiscal estadual da ADEAL.

CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E PREVENÇÃO DA ENCEFALOPATIA

ESPONGIFORME BOVINA: Assim como os demais programas, a execução deste, tem suas ações desenvolvidas pela ADEAL, por delegação de competência, e supervisionadas pelo SEDESA. Desta forma, a execução deste programa, assim como os já mencionados, não está a contento pelos mesmos motivos já mencionados anteriormente, principalmente pela falta de envolvimento dos técnicos, carência de pessoal, falta de planejamento da agência além da greve dos fiscais estaduais que está em andamento. Assim, as cobranças feitas pelo SEDESA não são atendidas, principalmente a entrega de relatórios, enfatizando-se aqueles que alimentam o SIPLAN e os de acompanhamento de convênio. Desta forma, os resultados ainda não são os esperados, uma vez que as atividades para o controle da raiva dos herbívoros, como a captura de morcegos, acompanhamento das propriedades trabalhadas, ainda não estão funcionando, por falta de quadro de pessoal para formar as equipes. Como já mencionamos no relatório do exercício passado, este programa só conta com um único fiscal estadual envolvido nas ações de campo e para que haja cumprimento das ações do PNCRH é necessária a formação de uma equipe. No entanto, o MAPA custeou treinamento de vários técnicos em 2008 para tal finalidade.

BRUCELOSE E TUBERCULOSE: O grande entrave deste programa, além do que já foi mencionado anteriormente para os demais programas, é o não envolvimento da ADEAL nos processos de habilitação de médicos veterinários autônomos para diagnóstico, credenciamento laboratórios no PNCEBT além da comercialização e distribuição de antígenos e tuberculinas, ficando tudo isto ainda sob a responsabilidade do SEDESA.

O PI deveria ser desmembrado para quantas forem as ações do Programa Nacional, tendo sua fonte de recurso como acontece com o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Com relação à falta de comprometimento da ADEAL para atender as solicitações e imposições do

SEDESA/SFA, deveria ser elaboradas normas punitivas ao órgão executor que não cumprisse com a entrega dos relatórios que alimentam o SIPLAN, tendo em vista que o referido sistema é depositário de todas as informações relativas às execuções das diversas ações sob responsabilidade do MAPA, execuções estas que são delegadas por competência a ADEAL, no caso do Estado de Alagoas.

357	4842- FEBREAFTOS	Antonio V. dos Santos	Isabel C. S. de O. Teles	ADEAL
------------	-------------------------	------------------------------	---------------------------------	--------------

Considerações:

Assim como os demais programas de Sanidade Animal, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) tem suas ações desenvolvidas pelo órgão executor, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas/ADEAL, por delegação de competência, cabendo ao SEDESA da SFA/AL cobrar relatórios das ações além de auditar este órgão, como regulamenta legislações específicas.

Durante todo o ano de 2009, o SEDESA/SFA/AL tem realizado várias cobranças a ADEAL, feitas através dos Fax N° 25/2009, 79/2009, 89/2009, 117/2009, 131/2009, 149/2009-GAB/SEDESA/DT/SFA/AL e Ofício N° 134/2009 GAB/SEDESA/DT/SFA/AL) para que a mencionada agência enviasse relatórios das atividades desenvolvidas no PNEFA para alimentar o SIPLAN, no entanto, nenhuma resposta foi obtida neste sentido. Os resultados referentes às ações do PNEFA vêm sendo prejudicados principalmente devido à carência de pessoal, fiscais estaduais agropecuários, para a execução satisfatória das ações do referido programa. Mesmo que a ADEAL tenha realizado grande esforço para a melhoria da Defesa Sanitária Animal no Estado de Alagoas, através da realização de concurso público para preenchimento de vagas de médicos veterinários e agentes de nível médio, observa-se que o quadro de pessoal ainda não é satisfatório. E ainda, a carga horária do pessoal que trabalha nas ações de defesa sanitária, incluindo o PNEFA não é harmonizada, ou seja, os que fazem parte do quadro da ADEAL trabalham 8 horas, enquanto o pessoal cedido (CARPH/SEAGRI) 6 horas. Durante as auditorias observamos grande insatisfação por parte dos funcionários quanto ao salário, trabalhos extras sem devida remuneração, ausência de adicional de insalubridade e adicional noturno, o que levou a saída de 40 funcionários (fiscais e nível médio) dos 140 contratados. Além disso, observou-se em unidade local destinada à realização de atividades de defesa sanitária animal, o deslocamento de fiscal estadual para atividade não relacionada à sua função, como por exemplo, inspeção de produtos de origem animal e atividades de vigilância em posto fixo. Devido a situação relatada, os fiscais estaduais agropecuários, paralisaram suas atividades, entrando em greve, em outubro/2009. Situação esta que dura até o mês corrente, sem previsão para resolução deste grave problema. Ainda com relação aos recursos humanos da ADEAL, consta em relatório de auditoria realizada no período de 23 a 27 de março do corrente ano a recomendação de corrigir o mais rápido possível as deficiências no quadro de pessoal na sede da ADEAL e nas ULSAV's com tal deficiência, desta forma, a referida agência elaborou plano trabalho para atender tais recomendações, agendando para dar início em julho de 2009 às medidas no sentido de corrigir as mencionadas falhas, ou seja, concluir nomeações em locais com maior deficiência de pessoal e criação e preenchimento de novas vagas. Observa-se que até a data de hoje, tal compromisso não foi cumprido.

Com relação à capacitação de médicos veterinários para atendimento de suspeitas de doenças vesiculares, também recomendado em auditoria, a ADEAL também não realizou curso de emergência, agendada para setembro/2009.

Referindo-se a estrutura física e de funcionamento, observou-se que as instalações onde funcionam. As Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSAV's) apresentam na sua grande maioria, estrutura com espaços e estruturação compatíveis para desenvolvimento das ações do PNEFA, com raríssimas exceções. O que se deve salientar é o horário de funcionamento de alguns Escritórios de Atendimento à Comunidade (ECA's), como é o caso de Craibas e Lagoa Grande, que funcionam apenas em um horário, pela manhã.

Quando se analisa os dados de cadastramento de propriedades "in loco", observa-se que os veículos saem para realizar esta atividade, no entanto, falta georreferenciamento e o recadastramento é passivo,

ou seja, são baseados em dados recebidos dos proprietários na declaração de vacina ou quando movimenta seus animais. Além disso, o cadastro de suínos, caprinos e ovinos somente é contabilizado daqueles que estão incluídos em propriedades de bovinos. Assim os auditores recomendaram para adequação, realização de cadastramento das propriedades que possuem exclusivamente outras espécies susceptíveis a Febre Aftosa, bem como incluir no cadastramento existente o quantitativo de animais e outras espécies, além de finalizar o lançamento do cadastro no sistema de informática e providenciar o georreferenciamento de todas as propriedades. Com relação à vacinação, não podemos emitir qualquer tipo de comentário, parecer ou apresentação de resultado anual, pois a segunda etapa de vacinação finalizou no dia 30 de outubro e até a presente data o SEDESA/SFA/AL não recebeu nenhum relatório, apesar das cobranças, tanto do Departamento de Saúde Animal do MAPA, quanto daquelas feitas pelo SEDESA/SFA/AL através dos FAX's nº 241, 246, 248, 249/2009/ SEDESA/DT/GAB/SFA/AL, além do Ofício Nº 1400/2009/SEDESA/DT/GAB/SFA/AL.

Diante do que relatamos acima, concluímos que os cargos e atividades dos servidores que compõem o quadro da defesa sanitária animal devem estar bem estabelecidos para que não haja prejuízos nas ações, inviabilizando a execução de atividades e fiscalizações referentes ao PNEFA, inclusive tendo em vista o aumento da demanda de ações de vigilância em saúde animal advinda da evolução de status sanitários, como o caso da recente classificação de Alagoas como risco médio para Febre Aftosa e aspiração a melhores classificações.

A atual situação dos fiscais estaduais agropecuários que se encontram em greve, há mais de dois meses, assim como a deficiência pré-existente de pessoal e aliada às outras deficiências estruturais nos permite afirmar que o PNEFA não apresentou resultados satisfatórios no ano de 2009.

Diante do exposto, observamos que os cargos e atividades dos servidores que compõem o quadro da defesa sanitária animal devem estar bem estabelecidos para que não haja prejuízos nas ações, inviabilizando a execução de atividades e fiscalizações referentes aos diversos programas de sanidade animal, inclusive tendo em vista o aumento da demanda de ações de vigilância em saúde animal advinda da evolução de status sanitários, como o caso da recente classificação de Alagoas como risco médio para Febre Aftosa e aspiração às melhores classificações.

357**2180 FISCAPLANTA2****Francisca R. dos Santos Lapa****Aloísio I. Vanderley****Considerações:**

O Porto de Maceió teve uma desaceleração no movimento de produtos agropecuários, resumindo a exportação de açúcar, melão, álcool, importação de trigo, fertilizantes minerais, pescados e produtos carnes, diminuindo sensivelmente as demandas pelos serviços do Vigiagro, já que esse serviço depende do aumento do comércio internacional de vegetais e seus produtos. Em 2009, o quantitativo de partidas inspecionadas na exportação da área vegetal registraram valores maiores do que os observados no ano anterior, mostrando que houve um acréscimo nas exportações realizadas através Porto de Maceió, no entanto houve uma redução no volume dos produtos exportados, acréscimo nas exportações realizadas através Porto de Maceió.

O Índice de Produtividade (IP) para Partidas Inspeccionadas na área vegetal em 2009, apresentou acréscimo em relação a 2008, de 0,023 para 0,16 por FFAS em 2009. O número de partidas inspeccionadas na importação de produtos da área vegetal no Porto de Maceió teve também uma diminuição na importação do trigo e fertilizantes minerais, provavelmente devido ao reflexo da crise mundial com a recessão nas principais economias mundiais e o real cada vez mais valorizado frente ao dólar. Como as transações com outros países são realizadas em dólar, quando a cotação da moeda cai, o volume vendido ao exterior também se reduz. Além disso, com a recessão, muitos países diminuiram sua demanda por produtos industrializados.

Dados da Safra 2008/2009 mostra que o total de açúcar recebido foi de 1.721.912,430 TM e o exportado de 1.703.210,108 TM, atingindo quase 99% do açúcar recebido. Já na safra de 2009/2010 foi recebido 366.985,560 TM de açúcar e só 237.274,569 TM exportados, isto é, só 70,4%, demonstrando claramente o decréscimo na exportação do açúcar. Os créditos orçamentários

<p>descentralizados para o PI FISCPLANTA2 foram todos utilizados nas atividades técnicas e administrativas do Sistema VIGIAGRO.</p> <p>Em auditoria interna, nosso índice de conformidade nos processos analisados teve ligeira alteração. No ano de 2008 o Índice de conformidades foi de 63,78, em 2009 de 60,46, o fator principal para contribuição desses Índices foi a falta de um protocolo na dependência da Uvagro Porto, pois o protocolo utilizado é o geral da SFA/AL, acarretando as ocorrências de não conformidades quando da formação dos processos de exportação e importação.</p> <p>Atualmente toda a documentação é analisada antes dos processos serem protocolizados, contribuindo para a redução das ocorrências e positivamente na melhor oferta de informação dadas aos usuários.</p>			
357	2181 – FISCANIMAL2	Francisca R. dos S. Lapa	M. das Graças A. de Freitas
<p>Considerações:</p> <p>Pode-se constatar que as metas foram executadas com sucesso, apesar de alguns entraves que ocorreram durante o ano de 2009, como por exemplo a falta de Medico Veterinário para substituição eventual, porém na falta desse, os trabalhos foram executados pelos FFAs.</p> <p>Apesar do aumento no número de partidas inspecionadas na importação de produtos da área animal e aumento na demanda de vôos internacionais no Aeroporto Zumbi dos Palmares, o quadro de FFA Medico Veterinário, não cresceu na mesma proporção. Em 2009 houve importação de 103.600 Kgs de pescado e 127.000 Kgs de produtos cárneos.</p> <p>Os créditos orçamentários descentralizados para o PI FISCANIMAL2 foram todos utilizados nas atividades técnicas e administrativas do Sistema VIGIAGRO.</p>			
357	2134 – VIGIFITO1	Antonio Viera dos Santos	Robismar Leal
<p>Considerações:</p> <p>As metas atingidas foram em conjunto com a instituição estadual conveniada (ADEAL/SEAGRI-AL), através de uma estrutura organizacional de 05 (cinco) POSTOS DE VIGILÂNCIA ZOOFITOSSANITÁRIA instaladas nas fronteiras interestaduais, bem como toda uma rede de Escritórios Técnicos, distribuídos no interior do estado, que dão continuidade às ações de vigilância e fiscalização fitossanitária.</p> <p>Todas as atividades da ADEAL/SEAGRI-AL foram supervisionadas a contento por este SEDESA/SFA/AL, durante o período em epígrafe. Como dificuldades enfrentadas, realçamos o uso de veículo pequeno, pois em períodos chuvosos, esse tipo de veículo não possibilita o acesso a todos os locais onde estão instaladas as culturas que necessitamos rastrear-las, inspecioná-las e enviar ações de contingência contra as pragas de importância econômica para o Estado e para o País.</p>			
357	2139-VIGIZOO2	Antonio Viera dos Santos	Alvacy U. Silva
<p>Considerações:</p> <p>No comércio foram atingidas as metas, sendo fiscalizados regularmente todos os estabelecimentos registrados. Com relação às metas previstas para as empresas e os produtos, ficaram prejudicadas, devido o fato de uma empresa ter sido fechada, outra ter sua produção paralisada durante o ano e outra não ter funcionado durante alguns meses do ano.</p>			
375	FISFECOI	Ismael Vital de Souza	
<p>Considerações:</p> <p>Durante o exercício de 2009, a atividade de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes apresentou um desempenho considerado satisfatório. No comércio foram atingidas as metas, sendo fiscalizados regularmente todos os estabelecimentos registrados. Os estabelecimentos sem registros foram intimados a regularizar a situação.</p> <p>Com relação às metas previstas para as empresas e produtos, estas ficaram prejudicadas, devido ao fato de uma empresa ter sido fechada, outra ter sua produção paralisada durante todo o ano e outra não ter funcionado durante alguns meses do ano. Foram aplicados 10 autos de infração, duas empresas comerciais registradas, uma empresa produtora registrada, duas empresas comerciais intimadas a regularizar a situação, 43 licenças de importação autorizadas e 136 produtos registrados.</p> <p>Nossa estratégia para 2010 é intensificar as fiscalizações nas empresas reincidentes e aumentar o</p>			

número de fiscalizações, tanto em empresas como em produtos.			
375	2179 - FISCALSEM1	Ismael Vital de Souza	Luís Carlos Jinfen ko
<p>Considerações: Na parte da fiscalização dos produtos de mudas não encontramos nenhuma gravidade por ser essa área nova e de pequena expressão em nosso Estado. Quanto à fiscalização do Comercio de Sementes e Mudas é de competência da Secretaria de Agricultura de Alagoas, no entanto acompanhamos com frequência, para que os comerciantes se integrem à nossa legislação, inscrevendo-se no RENASAM - /Registro Nacional de Sementes e Mudas, conforme o Decreto nº 5153 de 23/07/2004. No Estado de Alagoas temos poucos produtores de sementes. Todos com altos níveis técnicos e seguem com rigor a legislação da lei 10.711/2003. Destacamos a produção da Universidade Federal de Alagoas, representada pelos professores-pesquisadores da Área de Sementes.</p>			
375	2177 - FISCAGRIC1	Ismael Vital de Souza	George Oscar F. T. da Costa
<p>Considerações: A atividade aeroagrícola é complexa e envolve alta tecnologia, o que exige um aperfeiçoamento contínuo dos profissionais envolvidos. As nossas fiscalizações abrangem 01(uma) empresa prestadora de serviços aeroagrícola e 24(vinte e quatro) unidades industriais (usinas de açúcar e álcool), com uma frota de aproximadamente 14 (catorze) aeronaves. As aplicações por via aérea contribuem para o bom desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, aumentando a produtividade. Foram realizadas 76(setenta e seis) fiscalizações nas empresas, aeronaves e nas aplicações de defensivos agrícolas no estado de Alagoas. Os resultados foram bastante satisfatórios, não havendo atrasos na alocação dos recursos e os objetivos foram alcançados;</p>			
375	2124 - FISCINAN	Ismael V. de Souza	Leandro C. Vendrúsculo
<p>Considerações: Em 2009 foram emitidos e lavrados os seguintes documentos: 16 autos de infração; 09 autos de multa; 08 termos de apreensão; 05 termos de interdição; 04 termos de liberação; 34 termos de fiscalização e 22 coletes de amostras.</p>			
375	2140 - FISPROVET1	Ismael V. de Souza	
<p>Considerações: Durante o exercício de 2009, a Atividade de Fiscalização do Comércio de Produtos de uso Veterinário – FISPROVETI apresentou um desempenho considerado satisfatório, uma vez que todos os objetivos propostos na programação foram plenamente atingidos. Além das Fiscalizações, foram registrados 57 novos estabelecimentos e renovados 65. Acabamos de adquirir um novo veículo para a Atividade o que sem dúvida irá nos proporcionar melhores condições de trabalho no próximo ano.</p>			
1442	8591 - APOIOAGRIC	Magno Aldrey Palmeira	Jorge Pohl
<p>Considerações: As ações do SEPDAG-AL em 2009 em relação à produção integrada visaram à integração dos técnicos da SFA e das entidades parceiras com o que já está sendo desenvolvido e com novas possibilidades de implantação do sistema no estado, além da divulgação do mesmo aos produtores rurais. Esse trabalho de identificação e divulgação deve continuar sendo realizado em 2010, e visando a efetivação de projetos já em andamento, o que será preciso introduzir áreas experimentais de produção integrada de laranja lima, de inhame e de pinha, além de uma participação financeira efetiva do MAPA nos projetos de adequação à produção integrada no Estado. Portanto, é necessário que a coordenação se posicione em relação ao que pode ser financiado pelo MAPA dentro dos projetos de adequação, para que possamos assumir o compromisso de participação no processo junto aos parceiros e produtores interessados.</p>			
8606	8606- - DESENORG	Magno Aldrey Palmeira	Jorge Pohl
<p>Considerações: Em 2009 foram realizadas diversas atividades visando o fomento e a fiscalização da produção de</p>			

alimentos orgânicos, unindo diversos órgãos públicos e integrantes da iniciativa privada para a discussão do tema. No entanto, para aplicar a nova legislação será necessária muita organização do setor.

Para 2010 será preciso realizar o cadastramento dos produtores orgânicos do Estado, a oficialização da Comissão Estadual, além do desenvolvimento de projetos de produção orgânica, com ênfase ao de produção de coco orgânico que necessita de uma participação financeira efetiva do MAPA, já que envolve produtores com recursos muito limitados.

d) Desempenho Operacional

(Item 2 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

1. Evolução das receitas e despesas

Descrição	2006	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	61.105,44	105.594,15	70.155,26	45.143,39
2. DIÁRIAS E RESSARC. DESP. EM VIAGENS	87.393,41	193.842,80	169.233,94	216.567,37
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS				
3.1. Publicidade				
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	105.852,08	150.375,94	100.627,60	99.377,69
3.3. Tecnologia da informação				
3.4. Outras Terceirizações		121.248,16	77.592,20	101.182,97
3.5. Suprimento de fundos				
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	48.554,26	41.857,72	48.017,07	94.282,35
TOTAIS	302.905,19	612.918,77	465.626,07	556.553,77

II. Indicadores de Desempenho

II.1. Indicadores de Desempenho Institucionais

Programa	Ações	Indicador	Formula de Cálculo	Produto	Unidade de Medida
356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	8939 IPVEGETAL 2	Índice de Inspeções em Conformidade com as Normas	Inspeções Efetuadas em Conformidade com as normas X Totais de Inspeções Realizadas	Estabelec. Inspeccionado	Unidade
	4746 PADCLASSIF	Índice de Inspeções em Conformidade com as Normas	(1) Índice de Produtos fiscalizados em conformidade pelo total de produtos (2) Amostras de Produtos em conformidade pelo total de Amostras analisadas	Produto Fiscalizado	TON Unid

357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	8938	INSPANIMAL 3	Índice de Inspeções realizadas com conformidade	Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos, no ano.	Estabelec. Fiscalizado	Unid
					IEC/TIR= Inspeção Efetuadas em Conformidade com as normas pelo Total de Inspeções Realizadas	Estabelec. Inspeccionado	Unid
		8572	PCEVEGETAL	Incidência de Pragas	Número de municípios com Área Prevenida em ocorrência das pragas por Nº Total de municípios do Estado	Municípios	Unid
					Número de municípios com Área Controlada em ocorrência das pragas por Nº Total de municípios do Estado	Municípios	Unid
		4738	ERADMOSCA	Nº de Fiscalizações/Supervisões em conformidade	Nº de Fiscalizações Programadas em Conformidade com as normas, pelo total de Fiscalizações Realizadas.	Fiscalização realizada	Unid
		8658	PCEANIMAL	Nº de Estabelecimentos Certificados c/livres ou monitorados	Nº de estabelecimentos certificados c/livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina	Propriedade atendida	Unid
		4842	FEBREAFOTOS	Área declarada livre de Febreaftosa c/ Vacinação	Área de território nacional declarada livre de febre aftosa com vacinação, pela OIE	Área livre	km²
		2180	FISCAPLANTA	Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional	Nº de partidas inspeccionadas sobre o número total de partidas programadas	Fiscalização realizada	%
		2181	FISCANIMAL2	Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional	Nº de partidas inspeccionadas sobre o número total de partidas programadas	Fiscalização realizada	Unidade
		2134	VIGIFITO1	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras	Relação percentual entre as Permissões de Trânsito de Vegetais e seus produtos Emitidos e o Total de Inspeções Realizadas, com base na percepção de pragas	Fiscalização realizada	Unidade

		2139	VIGIZOO2	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras	Relação percentual entre as Permissões de Trânsito Animais e seus produtos Emitidos e o Total de Inspeções Realizadas, com base na percepção de enfermidades	Fiscalização realizada	Unidade
375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2141	FISFECOI	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Nº de Fiscalizações Programadas em Conformidade com as normas, pelo total de Fiscalizações Realizadas.	Fiscalização realizada	Unidade
		2179	FISCALSEM 1	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Fiscalizações Efetuadas em Conformidade com as normas pelo total de Fiscalizações Realizadas	Fiscalização realizada	Unidade
		2909	FISAGROTOX	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Fiscalizações Efetuadas em Conformidade c/as normas pelo total de Fiscalizações Realizadas	Fiscalização realizada	Unidade
		2177	FISCAGRIC1	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Fiscalizações Efetuadas em Conformidade c/as normas pelo total de Fiscalizações Realizadas	Fiscalização realizada	Unidade
		2124	FISCINAN	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Fiscalizações Efetuadas em Conformidade c/as normas pelo total de Fiscalizações Realizadas	Fiscalização realizada	Unidade
		2140	FISPROVET1	Nº de Fiscalizações em Conformidade	Fiscalizações Efetuadas em Conformidade c/as normas pelo total de Fiscalizações Realizadas	Fiscalização realizada	Unidade
		1442	Desenvol. Sustentável do Agronegócio	8591	APOIOAGRIC	1- Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira	Relação percentual entre o número de associados de associações rurais e cooperativas frente a população brasileira
1426	Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	4720	DESENORG	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira	Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional	Pessoa beneficiada	Unidade

II.2. Indicadores de Desempenho Operacionais

Nome	Mede	Formula	Em
1. Economicidade	1 - Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2008 p/ 2009, em reais	$VA\ 2009/2008 = (CR\ 2009 - CR2008)$	R\$
	2 - Variação Relativa (VR) do custo realizado de 2008 p/ 2009, em %	$VR\ 2009/2008 = \{[(CR\ 2009: CR2008) \times 100] - 100\}$	%
2. Eficiência	1 - Custo unitário realizado (CUR) 2009, em reais/ quantidade realizada meta física	$CUR\ 2009 = (CR2009: QR2009)$	R\$
	2 - Custo unitário programada (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de meta física	$CUP\ 2009 = (CP2009: QP2009)$	R\$
	3 - Variação relativa (VR) entre a quantidade real de unidade do produto da ação e a meta física programada 2009, em %	$VR2009 = [(QR2009: QP2009). 100] - 100$	%
3. Eficácia	1 - Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2009, em quantidade da meta física:	$VA2009 = QR2009 - QP2009$	Unid

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

QT = quantidade total de unidades do produto da ação

II.2.1. Aplicação dos Indicadores Operacionais

Indicadores					1. Economicidade		2. Eficiência			3. Eficácia	
Projeto/ Ação	Unidade executora (Estado)	Produto	Unidade de Medida	Custo Realizado 2008	1	2	1	2	3	1	2
IPVEGTAL 2	SIPAG	Prod. Fisc.	unid	10.012,46	18.325,65	183,03	590,38	404,83	31,43	68,57	22
PADCLASSIF	SIPAG	Prod. Fisc.	Ton	33.047,49	24.532,23	74,23	0,78				10.880
INSPANIMAL 3	SIPAG	Estab. Insp.	unid	68.887,93	8.226,37	11,94	2.888,65	0,00	100,00	100,00	0
PCEVEGETAL	SEDESA	Área cont.	ha	22.050,12	3.641,38	16,51	0,16	0,16	0,00	47,22	1.900
PCEANIMAL	SEDESA	Prop. Atend.	unid	30.988,60	11.548,24	37,27	25,02	12,08	51,72	0,00	27.768
FEBREAFTOS	SEDESA	Área livre	km²	258.409,38	231.710,84	89,67		0,96		100,00	0
FISCAPLANTA 2	VIGIAGRO	Fisc. Real.	unid	6.532,57	2.227,25	34,09	17,73	17,73	0,00	100,00	0
FISCANIMAL2	VIGIAGRO	Fisc. Real.	unid	1.567,89	340,69	21,73	7,48	7,48	0,00	134,12	116
VIGIFITO1	SEDESA	Fisc. Real.	unid	212.366,57	193.901,96	91,31	40,49	54,32	34,12	100,00	0
VIGIZOO2	SEDESA	Fisc. Real.	unid	48.246,92	47.615,72	98,69	0,06	0,06	0,00	78,33	39
FISFECOI	SEFAG	Fisc. Real.	unid	29.091,10	3.721,04	12,79	232,71	204,46	12,14	129,55	26
FISCALSEM 1	SEFAG	Fisc. Real.	unid	46.018,77	14.125,23	30,69	279,77	362,43	29,55	110,14	7

FISCAGRIC1	SEFAG	Fisc. Real.	unid	13.753,98	20.892,68	151,90	455,52	515,52	13,08	100,00	0
FISCINAN	SEFAG	Fisc. Real.	unid	6.073,60	2.272,83	37,42	111,79	111,79	0,00	100,00	0
FISPROVET1	SEFAG	Fisc. Real.	unid	6.031,11	33.040,61	547,84	283,13	406,32	43,51	81,54	24
APOIOAGRIC	SEPDAG	Pessoa benef.	unid		1.242,50		11,72	9,56	18,46	100,00	0
DESENGORG	SEPDAG	Pessoa atendida	unid		5.000,00		37,88	37,88	0,00	100,00	0

II.3. Desempenho das metas físicas e Financeiras das Ações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade 1/2/3/4	Unidade executora (Estado)	Produto	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira (R\$)			
									Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada		
Agricultura	Formatização e Fiscalização	356	8939	IPVEGTAL 2	A	3	SIPAG	Produto Fiscalizado	Unid	70	48	28.338,11	28.338,11	
			4746	PADCLASSIF	A	3	SIPAG	Produto Fiscalizado	Ton		10.880	10.671,97	8.515,26	
			8938	INSPANIMAL 3	A	3	SIPAG	Estabelec. Inspeccionado	Unid	21	21	60.661,56	60.661,56	
		8572	PCEVEGETAL	A	3	SEDESA	Área controlada	Ha	112.774	112.774	18.408,74	18.408,74		
		4738	ERRADMOSCA	A	3	SEDESA	Fiscaliz. Realizada	Unid	180	200	-x-	-x-		
		8658	PCEANIMAL	A	3	SEDESA	Propried. Atendida	Unid	3.600	1.700	43.493,18	42.536,84		
	Defesa Sanitária Vegetal	357	4842	FEBREAFOTOS	A	3	SEDESA	Área livre	Km²	27.768		26.698,54	26.698,54	
			2180	FISCAPLANTA 2	A	3	VIGIAGRO	Fiscaliz. Realizada	Unid	494	494	8.759,82	8.759,82	
			2181	FISCANIMAL2	A	3	VIGIAGRO	Fiscaliz. Realizada	Unid	164	164	1.227,20	1.227,20	
			2134	VIGIFITO1	A	3	SEDESA	Fiscaliz. Realizada	Unid	340	456	18.464,61	18.464,61	
	Defesa Sanitária Animal	375	2139	VIGIZOO2	A	3	SEDESA	Fiscaliz. Realizada	Unid	10.738	10.738	631,2	631,2	
			2141	FISFECO1	A	3	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	Unid	180	141	36.802,60	32.812,14	
			2179	FISCALSEM 1	A	3	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	Unid	88	114	31.893,54	31.893,54	
				2177	FISCAGRIC1	A	3	SEFAG		Unid	69	76	35.570,66	34.646,66

		2124	FISCINAN	A	3	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	Unid	34	34	3.800,77	3.800,77	
		2140	FISPROVET1	A	3	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	Unid	138	138	56.071,72	39.071,72	
	Formação de Rec. Humanos	1442	8591	APOIOAGRIC	A	3	SEPDAG	Pessoa beneficiada	Unid	130	106	1.242,50	1.242,50
	Normat. e Fiscalização	1426	8606	DESENGORG	A	3	SEPDAG	Pessoa atendida	Unid	132	132	5.000,00	5.000,00

III. Análise do desempenho

Programa	Ação	Unidade executora (Estado)	Produto	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira (R\$)			
					Meta Prevista	Meta Realizada	% realizado	Meta Prevista	Meta Realizada	% Utilizado	
356	8939	IPVEGTAL 2	SIPAG	Produto Fiscalizado	unid	70	48	68,57	28.338,11	28.338,11	100
	4746	PADCLASSIF	SIPAG	Produto Fiscalizado	Ton		10.880		10.671,97	8.515,26	79,79
	8938	INSPANIMAL 3	SIPAG	Estabelec. inspecionado	unid	21	21	100	60.661,56	60.661,56	100
357	8572	PCEVEGETAL	SEDESA	Área controlada	ha	112.774	112.774	100	18.408,74	18.408,74	100
	8658	PCEANIMAL	SEDESA	Propried. atendida	unid	3.600	1.700	47,22	43.493,18	42.536,84	97,80
	4842	FEBREAFTOS	SEDESA	Área livre	km²	27.768		0,00	26.698,54	26.698,54	100
	2180	FISCAPLANTA 2	VIGIAGRO	Fiscaliz. Realizada	unid	494	494	100	8.759,82	8.759,82	100
	2181	FISCANIMAL2	VIGIAGRO	Fiscaliz. Realizada	unid	164	164	100	1.227,20	1.227,20	100
	2134	VIGIFITO1	SEDESA	Fiscaliz. Realizada	unid	340	456	134,12	18.464,61	18.464,61	100
375	2139	VIGIZOO2	SEDESA	Fiscaliz. Realizada	unid	10.738	10.738	100	631,2	631,2	100
	2141	FISFECOI	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	unid	180	141	78,33	36.802,60	32.812,14	89,16
	2179	FISCALSEM 1	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	unid	88	114	129,55	31.893,54	31.893,54	100
	2177	FISCAGRIC1	SEFAG		unid	69	76	110,14	35.570,66	34.646,66	97,40

	2124	FISCINAN	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	unid	34	34	100	3.800,77	3.800,77	100
	2140	FISPROVET1	SEFAG	Fiscaliz. Realizada	unid	138	138	100	56.071,72	39.071,72	69,68
1442	8591	APOIOAGRIC	SEPDAG	Pessoa beneficiada	unid	130	106	81,54	1.242,50	1.242,50	100
1426	8606	DESENORG	SEPDAG	Pessoa atendida	unid	132	132	100	5.000,00	5.000,00	100

IV. Análise do Resultado

Das 17 metas físicas designadas e programadas que foram trabalhadas pela SFA no Exercício, temos as seguintes proporções:

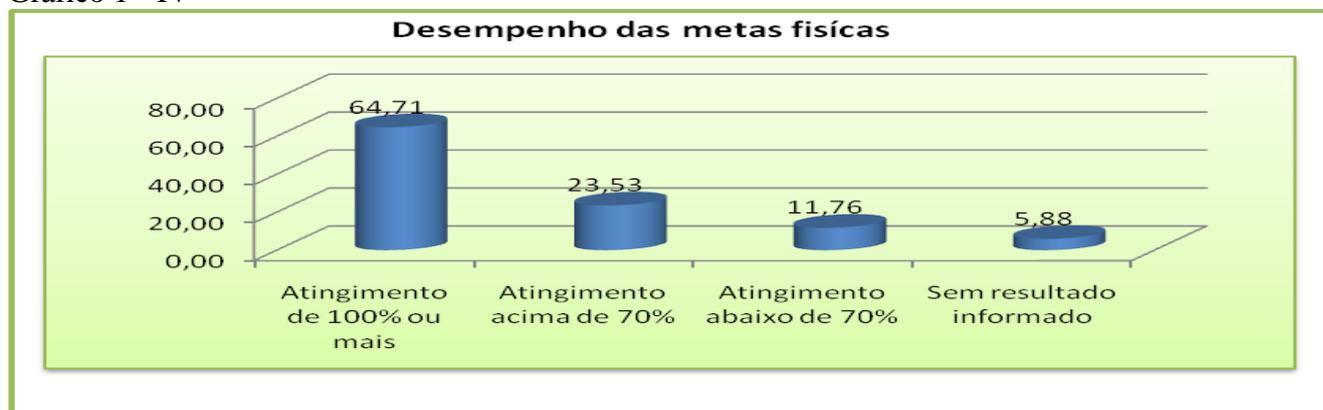
- ✓ 64,71% atingiram 100% ou mais do programado.
- ✓ 23,53% mais de 70% e
- ✓ 11,76% ficaram abaixo dos 70%.

Quanto as metas financeiras temos as seguintes proporções

- ✓ 70,95% atingiram 100% ou mais do programado.
- ✓ 23,53% mais de 70% e
- ✓ 5,88% ficaram abaixo dos 70%.

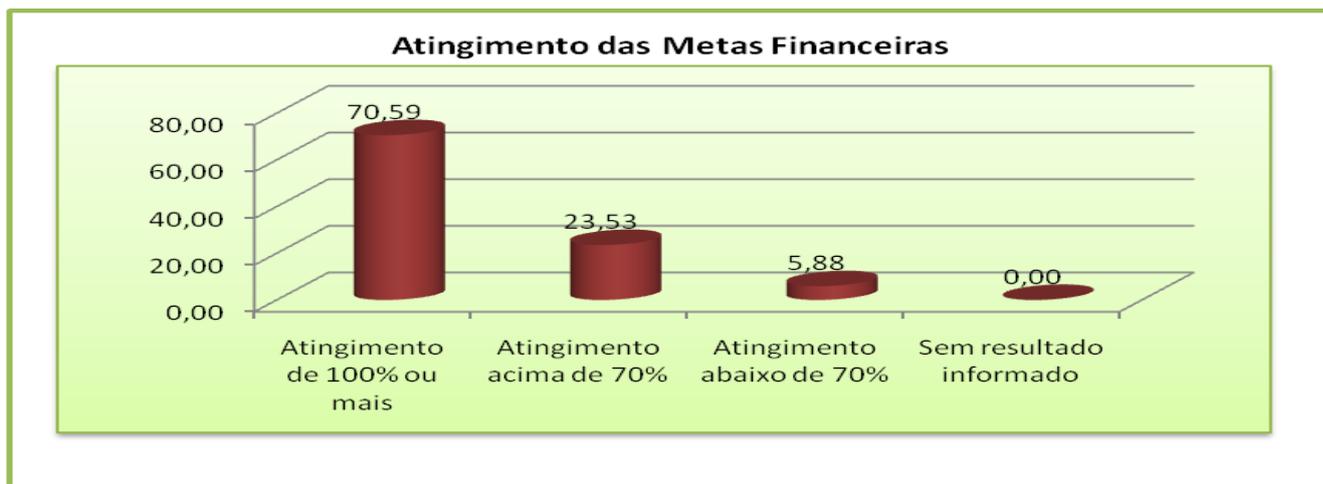
Conforme gráficos abaixo:

Gráfico 1 - IV



Conforme mostra o gráfico, com as metas financeiras não foi muito diferente, houve uma pequena diferença

Gráfico 2 -IV



3. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:
(Item 3 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

a) Composição dos recursos humanos em 31/12/2009;

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	74	74	
Requisitados	00	00	
Celetistas	03	03	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	17	17	98
Não Estatutários	02	02	
Terceirizados	11	11	
Total			

a.1.) Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	90	3.743.911,89	142.180,15	1.355.949,76	570.647,68	112.512,00
2008	89	5.693.896,56	3.593.238,29	922.583,55	165.060,76	165.060,76
2009	74	7.603.665,49	194.632,21	5.593.238,29	1.203.077,08	146.705,39
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-
2008	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-
2009	1	100.219,02	-x-	-x-	-x-	-x-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	1	31.705,86	-x-	-x-	-x-	-x-
2008	2	59.904,81	-x-	-x-	-x-	-x-

2009	2	62.535,59	-x-	-x-	-x-	-x-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
2008	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
2009	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	4	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
2008	5	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
2009	3	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	2	39.304,39	10	121.248,16	-x-	-x-	-x-	-x-
2008	2	23.026,00	10	77.592,20	-x-	-x-	11	21.223,14
2009	2	21844,84	11	101.182,97	-x-	-x-	11	55.805,06

b) Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra;

Nº do Contrato	Empresa contratada	Vigência	N.º total de empregados à disposição da Unidade	Nível de escolaridade		
				Auxiliar	Médio	Superior
02	BRA Serviços Técnicos LTDA	06/05/09 a 05/05/10	11	3	6	0

c) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

c.1.) – Indicadores de Desempenho da SRH

EXERCÍCIOS				2009	2008	Meta SFA
SIGLA	Indicador	FÓRMULA	Formula (Aplicada)	Valor %	Valor %	
Isartsa (%)	Eficácia	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	$(35/74)*100$	47,30	44,87	0%
Ialimed (%)	Eficácia	(Número de servidores afastados x afastamento em dias dos servidores) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	$(14x190)/((74x360)*100)$	9,98	10,75	0%
Ialimedn (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	$(14/74)*100$	16,67	27,06	0%
Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	$(8/31)*100$	25,81	35,29	0%
Iagtec (%)	Eficácia	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	$(1/5)X100$	0,00	0,00	0%

Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	(4/35)x100	11,43	11,54	0%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	(5/5)*100	100	100,00	100%
Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	(5/3)	1,67	1,33	Concedidas todas dentro de no máximo 30 dias.

Fonte: SRH/AL

c.2.) Esforços de Execução do Serviço

Exercícios	2009	2008
PRODUTOS	QUANTIDADE	
Concessão Licença-Maternidade	1	0
Concessão Auxílio-Natalidade	1	0
Concessão de Auxílio-Funeral	4	10
Concessão de Pensão	8	11
Concessão Aposentadorias	5	2
Concessão de licença médica	14	23
Concessão de licença médica (DIAS)	190	378
Realização de perícia médica	13	20
Concessão de Licença Assiduidade	30	2
Concessão de abono permanência	268	2
Recadastramento de aposentados	102	358
Recadastramento de pensionistas	286	134
Emissão de portaria	124	143
Concessão de Férias	150	
Atualização de cadastro de servidores	695	
Adicional de insalubridade	453	
Alteração de Férias	20	
Indenização de transporte	348	
Memorando	57	
Ofício	182	
Implantação Decisão Judicial	38	
Ficha Financeira	79	

Fonte: SRH/AL

OBS: Os itens não preenchidos em 2008, só passaram a fazer parte do Banco em 2009.

d) Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.

A análise será apresentada em gráficos para uma melhor visualização.

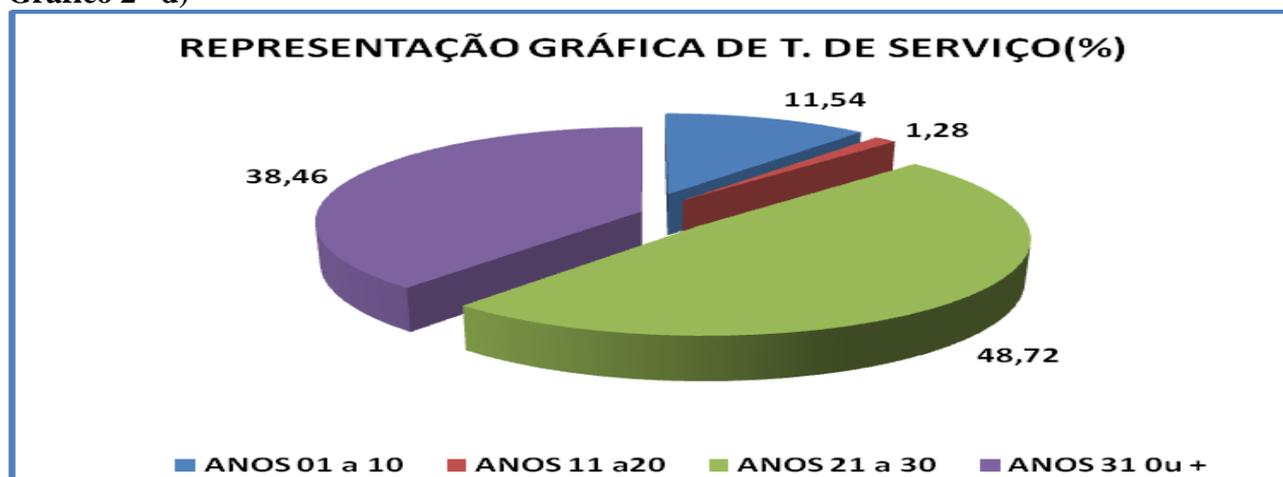
Gráfico 1-d)



Fonte: SRH/AL

O Gráfico acima apresenta a Série Histórica do Quantativo de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas dos últimos 5(cinco) anos. Fica evidente a redução de servidores ativo.

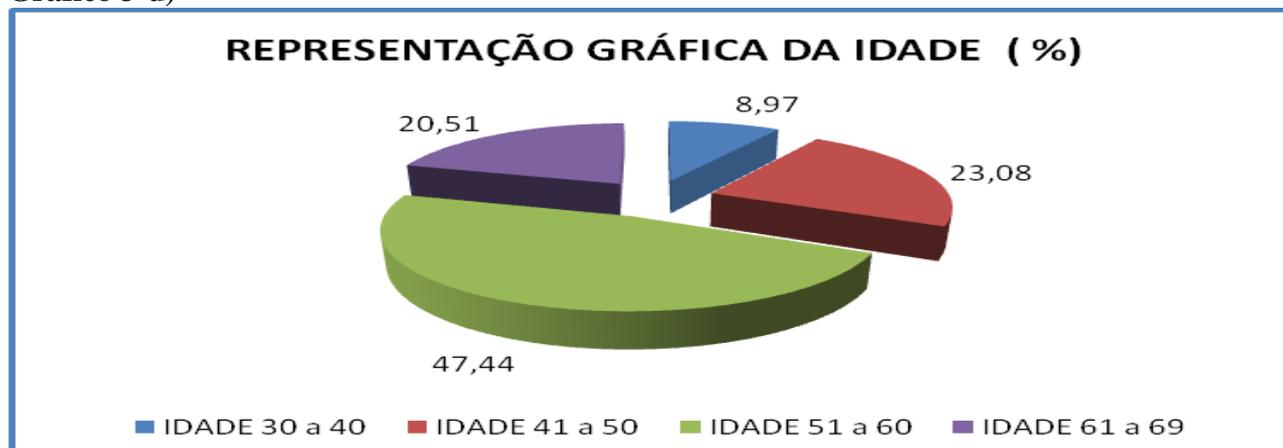
Gráfico 2 –d)



Fonte: SRH/AL

A SFA, conta com um percentual significativo de 38,46% , dos seus servidores já com tempo para se aposentarem. Nesse percentual não está combatado os que estão complementando 70 anos e não tem mais de 31ou mais anos de serviço.

Gráfico 3-d)



Fonte: SRH/AL

Quanto a idade, constata-se que 67,95% está acima dos 50 anos de idade.

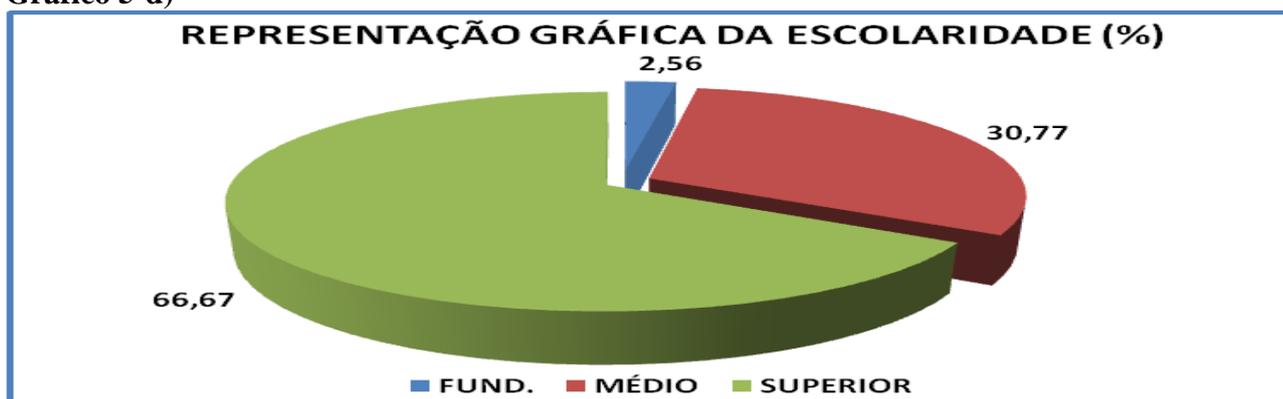
Gráfico 4-d)



Fonte: SRH/AL

O número de Servidores do nível médio e do nível superior é equilibrado.

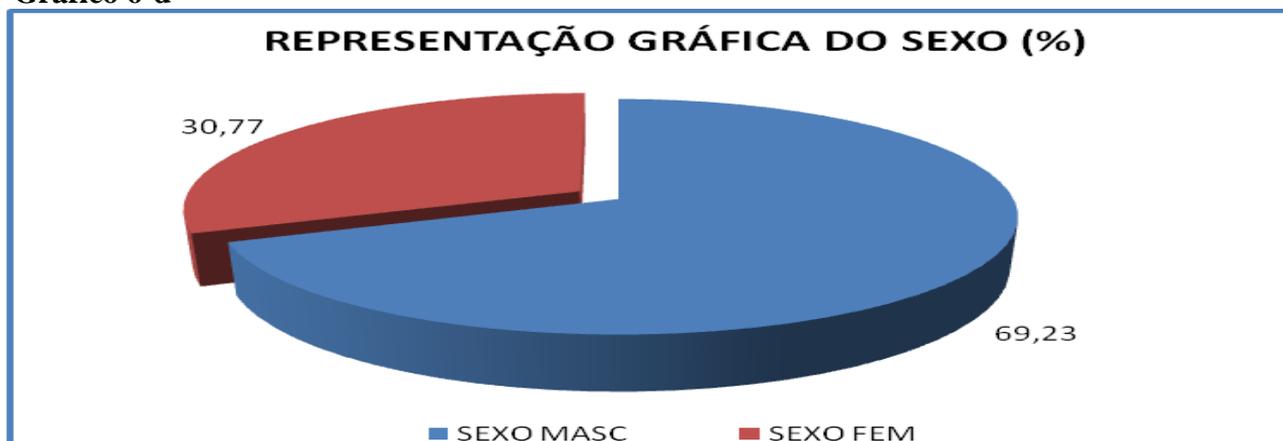
Gráfico 5-d)



Fonte: SRH/AL

Existe uma diferença considerável entre o Gráfico que Representação o Nível Funcional para o Gráfico que representa a Escolaridade. Constatamos que atualmente 24,42% dos servidores com escolaridade superior, são lotados no quadro de nível médio.

Gráfico 6-d)



Fonte: SRH/AL

Com relação ao sexo, a SFA, conta com mais do dobro de servidores do sexo masculino em relação ao feminino.

4- Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. (Item 5 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	9.346,97	0	9346,97	0
2007	664,01	453,40	210,61	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	44.039,64	0,00	35.343,86	8.695,78
2007	2.362.335,65	6.576,67	2.298.860,72	56.898,26
...				
Observações:				
Os dados acima mencionados foram obtidos através do GERENCIAL.				

5 - Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

(Item 6 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
Não houve nenhuma transferência no exercício									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

6 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento. (Item 11 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não houve nenhuma recomendação específica do TCU no exercício.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

7 - Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

(Item 12 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	7	7
Pensão	8	8

Responsável dados: SRH

8 - Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

(Item 13 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

A SFA só conta com contratos administrativos e a declaração da responsável, encontra-se na última página.

9 - Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão (Item 14 do Anexo II da DN TCU 100/2009)

9.1. Metas Qualitativas

Nº	Item	Metas Qualitativas
01	Asseio /Higiene	Reduzir em 10%, as despesas com asseio e higiene, a partir de 06/2008.
02	Comb.	Reduzir em 10% as despesas com combustível, a partir de 06/2008.

03	Energia Elétrica	Reduzir em 10% as despesas com energia elétrica, a partir de 06/2008.						
04	Fornecimento de água	Reduzir em 10% as despesas com água e esgoto, a partir de 06/2008.						
05	Telefonia	Reduzir em 10% as despesas com telefonia, a partir de 06/2008.						
06	Vigilância	Reduzir em 10% as despesas com vigilância, a partir de 06/2008.						
Exercícios								
Itens	2008			2009			2008	2009
	Programado	Utilizado	Dif %	Programado	Utilizado	Dif %	(100% - Dif. %) = Redução conseguida	
1. Asseio /Higiene	85.387,43	77.601,60	90,88	120.000,00	77.532,85	64,61	9,12	35,39
2. Combustível	19.500,00	37.826,15	193,98	60.000,00	46.173,91	76,96	-93,98	23,04
3. Energia Elétrica	62.000,00	68.356,32	110,25	88.000,00	43.703,04	49,66	-10,25	50,34
4. Fornec. de água	35.000,00	35.104,57	100,30	80.000,00	39.719,92	49,65	-0,30	50,35
5. Telefonia	43.310,00	41.616,85	96,09	72.941,00	33.530,18	45,97	3,91	54,03
6. Vigilância	48.792,33	23.026,00	47,19	60.000,00	21.844,84	36,41	52,81	63,59
TOTAIS	293.989,76	283.531,49		480.941,00	262.504,74			

Metas sugeridas pela CGSA- Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências do MAPA, em Reunião com as Administrações e as Seções de Planejamento e Acompanhamento das SFAS.

Visando a redução de 10% (dez por cento).

A Proposta Orçamentária 2009 foi programada com valores acima do previsto para o ano anterior em virtude da necessidade de ampliarmos os nossos serviços e dos contingenciamentos estipulados.

Justificativas

- 1. Asseio/Higiene** – Em 2009, houve uma programação baseada em nossas necessidades, portanto, uma ampliação no quadro, no entanto pelo contingenciamento, isso não foi possível.
- 2. Combustível** – apesar de em 2008 a programação haver sido em relação a área administrativa, o Utilizado refere-se a total da SFA. Em 2009, atingimos nossa meta.
- 3. Energia Elétrica** – No período houve a substituição de aparelhos de ar condicionado por Splits. O contrato junto a fornecedora de um pacote de Quilowatts com custo mais barato.
- 4. Água e Esgoto** – Por estarmos em reforma da sede, está havendo um maior consumo.
- 5. Telefonia** – Estamos conseguindo atingir nossas metas de redução.
- 6. Vigilância** – Desde 2008 foi programado mais um posto de vigilância, porém com os constantes contingenciamentos não foi possível ainda.

9.1.1. Redução das Metas Qualitativas para 2010

IDENTIFICAÇÃO	QUANTITATIVO (R\$): PRÉ-PROPOSTA	QUANTITATIVO (R\$): REDUÇÃO	PERCENTUAIS (%) DE REDUÇÃO EM RELAÇÃO À PRÉ-PROPOSTA
3390-30 - Mat.Cons.	70.000	20.000	28,57
Comb. e Lubrificante	70.000	20.000	28,57
3390-37 (Locação m.o)	255.000	30.750	12,06
Limpeza/conservação.	150.000	15.000	10,00
Serviço de Vigilância	105.000	15.750	15,00
3390-39(PJ)	167.000	16.700	10,00
Serviços energia elétrica	96.000	9.600	10,00
Serviço de telecomunicações	71.000	7.100	10,00
TOTAL	492.000	67.450	13,71

9.2. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
	Exercícios	

	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite		49.311,73		49.311,73
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	1.014.407,16	918.633,60	1.014.407,16	918.633,60
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	129.100,61	89.936,17	129.100,61	89.936,17
Inexigibilidade	195.177,97	154.427,21	195.177,97	154.427,21
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	48.017,07	94.282,35	48.017,07	94.282,35
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	169.233,94	216.567,37	169.233,94	216.567,37
Outros				

9.3. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos	420013				61.367,69
		130002		30.942,76		592.773,24
		130007				368.011,70
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos	420013		61.367,69		
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

9.4. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	191.825,69	216.567,37	191.825,69	216.567,37		21.723,80		
2º elemento de despesa	178.219,80	210.560,70	178.219,80	210.560,70		8.739,72		

3º elemento de despesa	169.233,94	200.560,70	169.233,94	200.560,70		4.293,21		
Demais E. do grupo	174.963,80	147.450,60	174.963,80	147.450,60		1.100,80		

OBS:

Em 2008 no item Despesas empenhadas o primeiro elemento é 39, o 2º é 37 e o 3º é 14, nas RP não processadas.

Já em 2009, o primeiro elemento é o 14, o 2º é o 37 e o 3º é o 39, nas RP não processadas o 1º é o 39, o 2º é o 33 e o 3º é o 37.

9.5. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	873.085,00	174.500,00	305.000,00	3.678,00	104.450,00	129.895,00	873.085,00	3.678,00
2º elemento de despesa	35.600,00	129.895,00	35.600,00	2.682,00	22.726,00	33.000,00	35.600,00	2.682,00
3º elemento de despesa	24.420,00	38.239,00	660,00		24.426,00	25.620,00	24.420,00	
Demais elementos do grupo	37.833,00	71.931,50			14.447,00	28.148,00	37.833,00	

Em 2008 no item Despesas empenhadas o primeiro sub elemento é 52, o 2º é 30 e o 3º é 12. Em RP, 1º é o 48, 2º é o 25 e o 3º é o 12

9.6. Cadastramento no SICONV

Cadastrado	
Itens	Quantidade
Prefeituras Municipais	50
Entidades Privadas	15
Órgãos Públicos	25
Total	90

9.7. Indicadores aplicados pela Administração

EXERCÍCIO					2009	2008	Meta SFA
SIGLA	Indicador	Indicador	O que mede	Formula	Valor %	Valor %	
Icfd (%)	Eficácia	Conformidade das diárias	(Nº de diárias aptas para pagamento / Nº de diárias recebidas) x 100	$(771/786) \times 100$	98,09	99,7	100%
Ippd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	$(771/3)$	257	219,7	Pagas todas as diárias solicitadas
Ieof(%)	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	$(1444802,47/1.568.370,08) \times 100$	92,12	100	Todos os Créditos provisionados
Iemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	$(498/3)$	166	120,66	Processar todos os Empenhos
Iaalm	Eficácia	(Número de	Índice de atendimento do	$207/207 \times 100$	97,18	63,39	Participação

(%)		materiais atendidos/ número de materiais solicitados) X 100	Almoxarifado				de todos os servidores envolvidos
		(Número de materiais atendidos/ número de servidores envolvidos	Índice de atendimento do Almoxarifado	207/2	103,5	80,50	Pedidos todos atendidos
Iplc	Eficiência	Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de servidores envolvidos	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	(42/5)	8,4	7	Emitir todos os empenhos
Icfplic (%)	Eficácia	(Nº de processos licitatórios concluídos / Nº de processos iniciados) x 100	Conformidade dos Processos licitatórios	(42/45) *100	93,33	92,50	100%

9.8. Produtos da Administração

Nominação do Produto	Unidade Responsável	Exercício 2009
Serviço de Apoio Administrativo		
Treinamento área material	SMP	0
Treinamento área de RH	SRH	2
Treinamento área SEOFI	SEOFI	5
Treinamento área Licitações e afins	SAG	3
Treinamento área Convênios e contratos	SAD	1
Treinamento área de Protocolo	SAG	1
Manutenção Unidades Descentralizadas	SAG	0
Manutenção Preventiva Frota Veículos	STP	6
Licenciamento de Veículos	STP	22
Contratação Postos Abastecimento	SAD	0
Contratação de Serv. automotivos	SAD	0
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	SAD	1
Elaboração de relatório	SAG	47
Reunião com a equipe	SAG	55
Licitações	SAG	42
Autuação de documentos	PROT	11185
Autuação de Processos Administração	PROT	3086
Elaboração do PAAV	STR	6
Emissão de Saída de Veículos	SRT	1396
Emissão de ordem de abastecimento	SRT	187
Emissão de ordem de manutenção veiculo	SRT	15
Emissão de Nota de Empenho	SEOF	498
Emissão de Ordem bancaria	SEOF	469
Programação Financeira	SEOF	541
Emissão de DARF	SEOF	159
Emissão de DAR	SEOF	0
Emissão de GPS	SEOF	28
Restos a pagar	SEOF	44
Emissão de diária	SEOF	771

Reprografia - copia	REP	76155
Emissão RMA	ALM.	12
Almoxarifado NSM	ALM	207
Emissão de Nota de Transferência de Bens Móveis	SMP	127
Emissão de RMB	SMP	12
Emissão de Termo de Responsabilidade	SMP	24
Inventário dos bens móveis	SMP	2
Processos de alienação de bens	SMP	1
Concessão Licença-Maternidade	SRH	1
Concessão Auxílio-Natalidade	SRH	1
Concessão de Auxílio-Funeral	SRH	5
Concessão de Pensão	SRH	8
Concessão Aposentadorias	SRH	5
Concessão de licença médica	SRH	14
Concessão de licença médica (DIAS)	SRH	190
Realização de perícia médica	SRH	11
Concessão de Licença Assiduidade	SRH	27
Concessão de abono permanência	SRH	23
Recadastramento de aposentados	SRH	99
Recadastramento de pensionistas	SRH	263
Concessão e Autorização Cart.	SRH	0
Emissão de portaria	SRH	125
Concessão de Férias	SRH	120
Atualização de cadastro de servidores	SRH	508
Adicional de insalubridade	SRH	38
Alteração de Férias	SRH	26
Avaliação de fiscais federais	SRH	0
Indenização de transporte	SRH	348
Memorando	SRH	66
Ofício	SRH	210
Implantação Decisão Judicial	SRH	31
Ficha Financeira	SRH	80
Inform. Atendimento ao usuário	TI	0

9.9 Relação dos Contratos

Nº	Contratada	CNPJ	Objetivo	Valor Mensal	Valor Anual	Data Início	Prazo Final	Natureza Despesa	Observações
1	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/0004-56,	Malote, carta comercial e SEDEX	1.650,00	19.800,00	14.08.09	13.08.10	339039	
2	Telemar Norte Leste S.A.	33.000.118/0001-79	Telefonia fixa local (Pabx virtual e linhas diretas)	3.209,09	38.509,09	25.01.10	24.01.11	339039	
3	BRA Serviços Técnicos LTDA	08.328.682/0001-78	Terceirização	14.454,72	173.456,64	06.05.09	05.05.10	339037	
4	Portocalle Comercio e Serviços Gerais LTDA	10.878.081/0001-80	Limpeza e Conservação	9.609,93	57.659,58	19.02.10	18.08.10	339037	Cont. Emergencial
5	Posto Jaraguá LTDA	07.694.838/0001-71	Combustível	3.558,97	42.707,60	21.07.09	20.07.10	339030	
6	Distak Agência de Viag. e Turismo LTDA	35.636.034/0001-51	Passagens Aéreas	9.878,47	118.541,62	21.07.09	20.07.10	339033	
7	Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP	02.558.157/0001-62	Telefonia fixa (Longa distância)	1.000,00	12.000,00	16.11.09	15.11.10	339039	
8	Central Veículos de AL LTDA - EPP	08.434.988/0001-09	Manut de veículos - Serviço	1.416,67	17.000,00	09.11.09	08.11.10	339039	
9	Central Veículos de AL LTDA - EPP	08.434.988/0001-10	Manut de veículos - Peças	2.171,17	26.054,00	09.11.10	08.11.11	339030	
10	SENA - Seg. Intelig. e Transp. De Valores LTDA	00.621.158/0005-02	Vigilância armada	4.700,00	28.200,00	01.01.10	30.07.10	339037	V. Mensal Variável

11	J. Ataíde Alves & Cia. LTDA	09.165.068/0001-03	Manut. de cond. Ar - Serviço	1.402,50	8.415,00	29.12.09	28.12.10	339039	
12	J. Ataíde Alves & Cia. LTDA	09.165.068/0001-04	Manut. de cond. Ar - Peças	775,00	4.650,00	29.12.09	28.12.10	339030	
13	Companhia Energética de AL - CEAL	12.272.084/0001-00	Fornecimento energia elétrica	4700,00	56.400,00	30.04.09	29.03.10	339039	
14	CLARO S.A	40.432.544/0001-47	Serviço Móvel Pessoal (CELULAR)	171,06	2.052,70	29.12.09	28.12.10	339039	
15	Companhia de Saneamento de AL - CASAL	12.294.708/0001-81	Fornecimento de água e coleta de esgoto			01.01.10	31.12.10	339039	
16	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	Publicações de matérias no Diário Oficial da União	583,33	7.000,00	01.01.10	31.12.10	339039	

10. Series Históricas

10.1. Setor de Setor de Transporte

Ano	Frota/ Veículos	Manutenção (R\$)	Combustível (R\$)	Quantidade Litros	Distancia Percorrida (km)
2004	16	38.292,78	40.490,70	20.234,76	208.986
2005	17	16.412,52	48.216,68	24.567,96	241.640
2006	21	22.450,51	35.474,28	16.193,01	226.230
2007	23	16.167,00	43.301,40	19.111,86	200.513
2008	24	19.054,31	48.692,01	21.708,18	285.943
2009	26	46.158,44	55.019,79	25.158,83	351.367
TOTAIS		112.377,12	216.175,07	101.815,77	1.514.679

Gráfico 1 -10.1



Gráfico 2- 10.1



Gráfico 3 -10.1

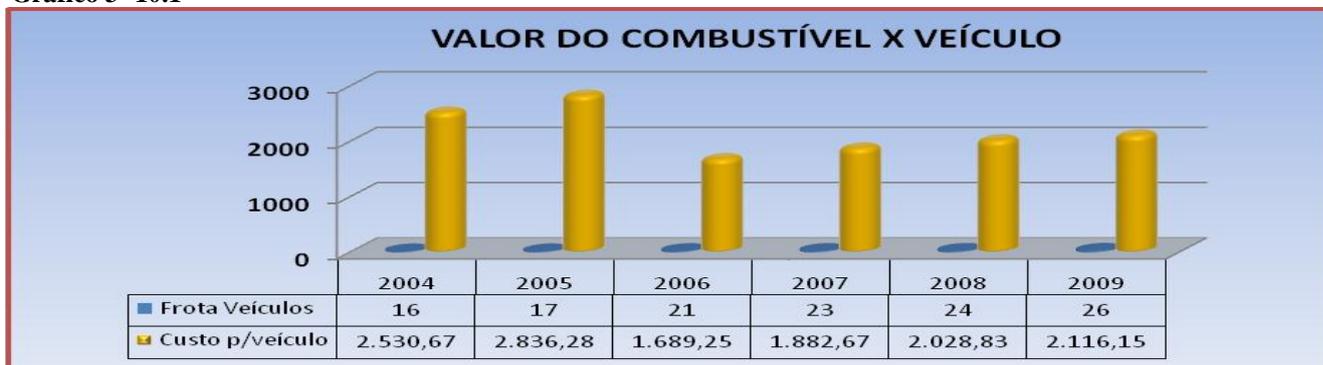


Gráfico 4 - 10.1

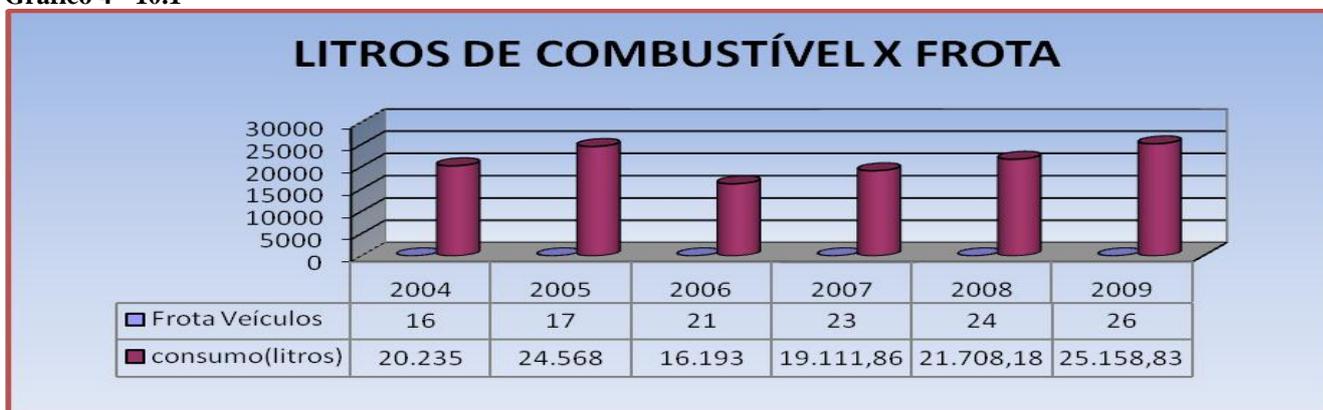
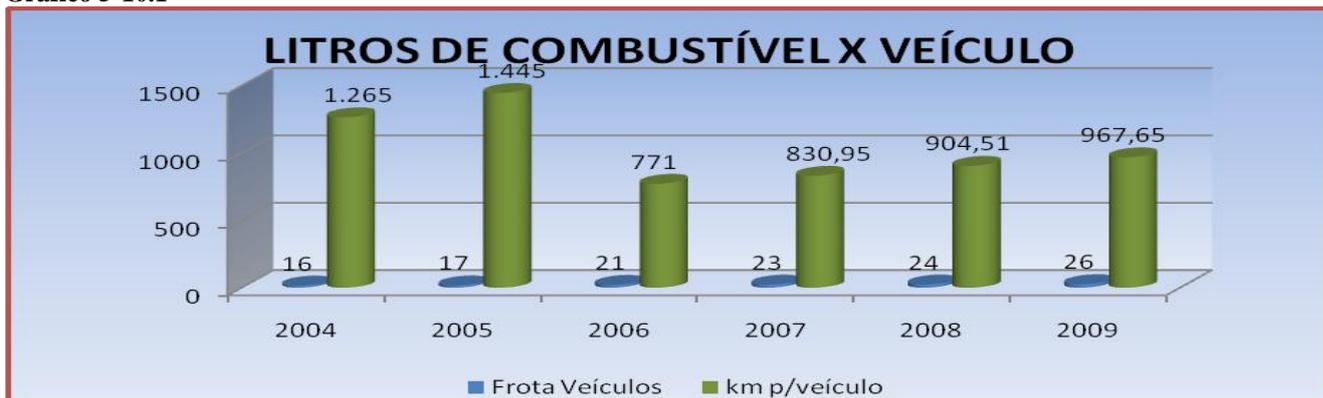


Gráfico 5-10.1

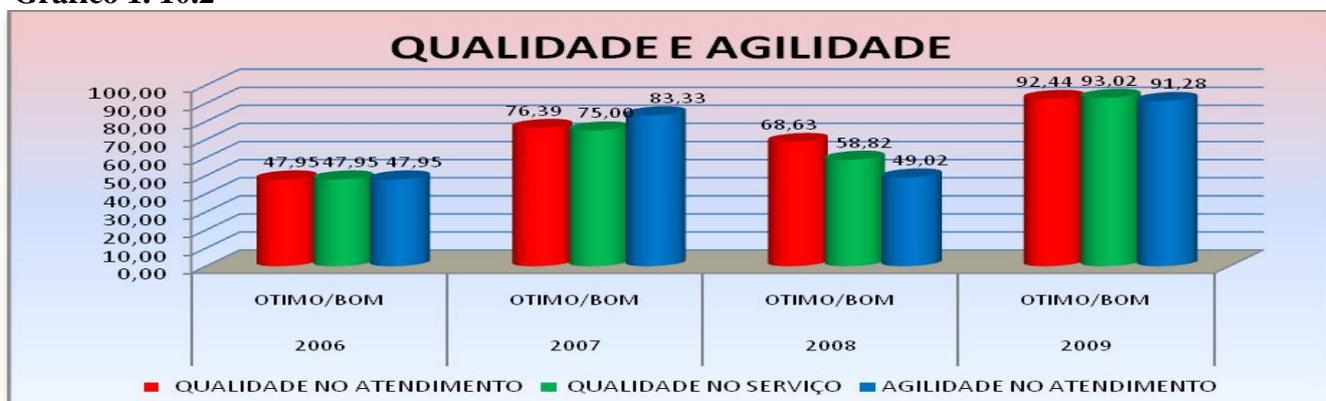


10.2. Pesquisa de Satisfação.

EXERCÍCIO	2006	2007	2008	2009
Quantidade de Formulários emitidos	103	100	60	200
Quantidade de Formulários respondidos	73	72	51	172
Percentual (emitidos x respondidos)	70,87	72,00	85,00	86,00

O quadro acima mostra a quantidade de formulários entregues e recebidos em cada exercício

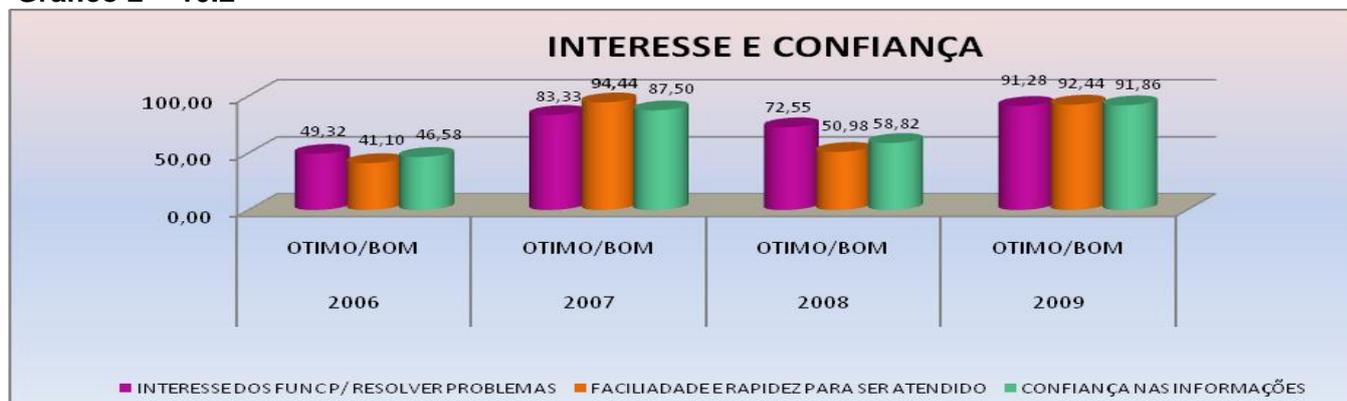
Gráfico 1. 10.2



Responsável dados: SPA

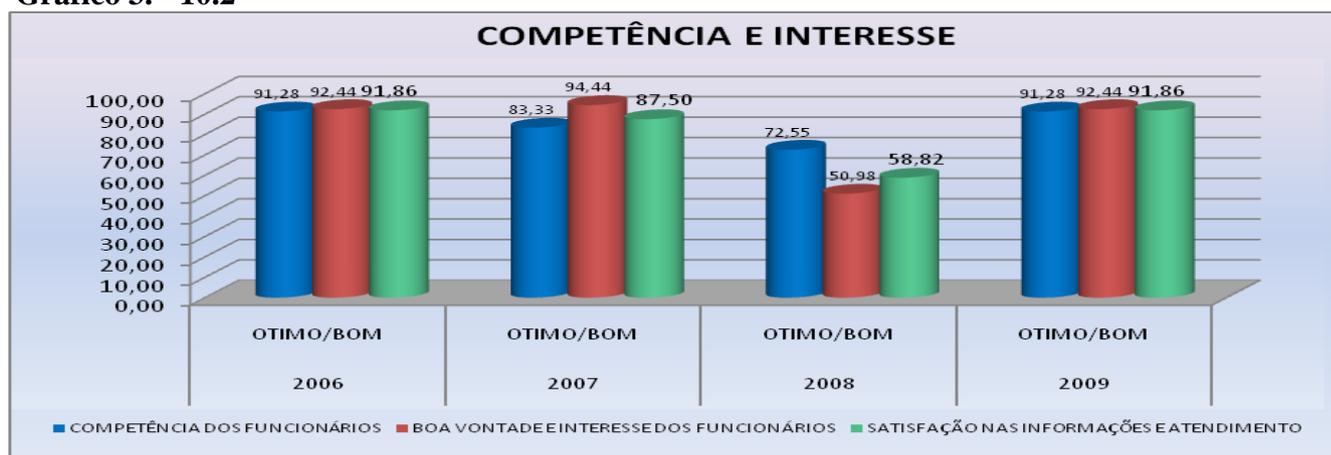
Fonte: Banco de dados SPA/AL

Gráfico 2 - 10.2

Responsável dados: SPA
SPA/AL

Fonte: Banco de dados

Gráfico 3. - 10.2



Responsável dados: SPA

Fonte: Banco de dados SPA/AL

CONCLUSÃO:

Computado os resultados da pesquisa em 2009, verifica-se que todos os esforços para fornecer um serviço de qualidade à população vêm sendo aplicados pela SFA-/AL

Declaração de contador responsável pela Unidade Jurisdicionada



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO COM RESSALVAS

Código da Unidade Gestora:	130027
Nome da Unidade Gestora :	SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - AL
CNPJ:	00.396.895/002250

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, do Exercício de 2009, exceto no tocante a:

- a) 11216.04.00 – LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO
- b) 11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO
- c) 19962.04.00 – A COMPROVAR
- d) 21261.00.00–GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2009.

Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

S.F.A - ALAGOAS
RECEBIDO NA SCAI
EM: 19/02/2010

Maria José do Nascimento
Chefe do SCAI/SCAI
MIN. DA AGRICULTURA - SFA/AL

A
570
9.02.10
João Batista Pereira
Supervisor
SFA/AL

À SPA E SEDF.
em 19.02.2010
Maria Élia de Melo Gonçalves
Chefe do SAD/SFA/AL
2712

Declaração do Coordenador Geral de Administração de Recursos Humanos:



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.



NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CCONT/SPOA/SE/MAPA

Declaração da área responsável por Contratos Administrativos



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Gabinete da Superintendência.



DECLARAÇÃO

Atesto que as informações referentes aos contratos administrativos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.


Maria Elia de Melo Gonçalves
Chefe do SAD/SFA/AL

CONCLUSÃO

O Relatório de Gestão do exercício 2009 traz a compilação dos dados de todas as atividades desenvolvidas no exercício com a finalidade de se prestar contas das metas e recursos destinados a SFA/AL, através do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Plano Plurianual PPA 2008/2011, tanto para os Órgãos Fiscalizadores como para a Sociedade.

Na elaboração do Relatório/2009, foram utilizadas as orientações previstas nos normativos legais; Instrução Normativa TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009 e Orientações Complementares para Elaboração do relatório de Gestão – Versão atualizada em 16 de dezembro de 2009.

SFA/AL

Equipe **SPA**

Lêda Maria Pereira Lima

Dailton Freitas de Araújo